



## Revisão dos Estatutos

**AGN de 11 de Fevereiro  
transfere para 4 de Março, às 14h  
continuação dos trabalhos  
na Delegação do Porto**

Pág. 6

## 28 de Janeiro

**Conselho nacional  
assume posição  
e define estratégia  
sobre reivindicação legislativa**

Pág. 3



## CONVOCATÓRIA

**ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA  
SEDE NACIONAL, 8 DE ABRIL, 14.00H**

Nos termos de Art.º 27 dos Estatutos, a MAGN convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14 horas do dia 8 de Abril de 1995, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1994;

2 - Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central, relativos à gerência de 1994;

3 - Actualização da quota para 1996;

4 - Informação gerais.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32 dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 24 de Fevereiro de 1995  
A MAGN  
O presidente  
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

## Sumário

- Aumentos de pensões pág. 2
- Museu de cegos pág. 2
- Por dentro da reabilitação pág. 4
- Humor cego pág. 4
- Gabinete de Estudos e Documentação pág. 5
- Delegações pág. 7
- Diversos pág. 12

**Exposição de Ajudas Técnicas  
Sede de 5 a 8 de Março**

Pág. 8

## Museu para cegos

### “Salvuarda da vida humana no mar” — elementos históricos —



O Museu de Marinha, em colaboração com o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, deram corpo a um projecto do Instituto António Feliciano de Castilho - “Organização de Exposições para Deficientes Visuais em colaboração com os Museus” -, através da adaptação de uma das salas daquele Museu, para espaço permanente de uma Exposição Táctil.

As peças escolhidas para este Museu, adaptado a invis-

ais, são relativas aos materiais que, desde há cerca de 200 anos, foram utilizados pela Armada Portuguesa e pelo Instituto de Socorros a Náufragos para salvar vidas humanas em naufrágios e incêndios navais, junto às costas portuguesas.

A A.D.F.A. regista, como muito agrado, esta iniciativa do Estado-Maior da Armada, ao disponibilizar parte do seu Museu de Marinha para que os cegos tenham, ali, um acesso livre, com autonomia total para

poderem usufruir dos bens culturais colocados à disposição de todos os cidadãos.

Este Museu Táctil é o primeiro criado em Portugal, com carácter permanente e, pela visita feita na altura da inauguração por dois representantes da ADFA, também invisuais, podemos afirmar que a louvável iniciativa atingiu plenamente os seus objectivos e que qualquer cego pode, com as suas mãos, ver os objectos expostos, com indicações em Braille juntas a todas as peças, que indicavam o nome e a data em que as mesmas foram utilizadas.

“É certamente indiscutível que o livre usufruto da vida cultural da comunidade é um direito inalienável e que, na prossecução desse objectivo, os Museus têm um papel fundamental e insubstituível.

Ao prestar um serviço público, compete-nos preparar condignamente o contacto com uma herança histórica que é de todos, incluindo dos que, lamentavelmente, e na maior parte das vezes, continuam a ter que se confrontar com barreiras que lhes limitam o acesso físico, sensorial e educacional a instituições culturais.”

“A visita ao Museu pode ser desfrutada por um indivíduo de forma perfeitamente autónoma, embora, para muitos de nós, esta ideia possa parecer óbvia, outros há que, por

sofrerem de incapacidades motoras e/ou sensoriais, continuam a não poder afirmar o mesmo.

Uma das principais preocupações de um Museu, consiste em proporcionar a todos os seus visitantes uma acessibilidade condigna, muitas vezes por razões que se prendem com a estrutura desadequada dos próprios edifícios e com a consequente rigidez da disposição espacial imposta às exposições que os mesmos encerram. Este objectivo torna-se bastante difícil de alcançar.”

“Não mais poder ver com os olhos pode acontecer um dia a qualquer um de nós.

Há aqueles que já não vêem e há aqueles que nunca viram. É função do Museu, enquanto meio de acesso à cultura, à informação, ao conhecimento do real, abrir-se a outras formas de ser visto. Não esporadicamente, com dias e horas marcadas, mas sempre que as suas portas se abrem em serviço público. É preciso fazer adaptações naturalmente, senão poderemos adaptar todo o espaço a uma visão outra, adaptemos uma sala e se a sala é imensa e as peças múltiplas, adaptemos uma parte da sala. Mas façamo-lo.”

Citações extraídas do Catálogo “Salvuarda da Vida Humana no Mar” - Director do Museu de Marinha

## Eléctricos da nova Geração

### “Eléctricos chamados futuro”



O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, inaugurou no dia 13 de Fevereiro, a Rede de eléctricos Articulados de Lisboa

Numa primeira fase, 10 eléctricos, circularão entre a Praça da Figueira e Algés, estendendo-se posteriormente até Santa Apolónia e, por outro lado, até à Cruz Quebrada, perfazendo no total uma extensão de cerca de 13 Km.

A ADFA fez-se representar pelo presidente da Direcção Central e por Alberto Pinto, que tiveram oportunidade, numa breve troca de impressões, de sugerir a Ferreira do Amaral, que se eliminassem em todos os transportes públicos de Lisboa as barreiras arquitectónicas. O Ministro mostrou-se sensível à nossa sugestão e afirmou que esse problema está inserido nas preocupações do seu Ministério.

Embora os novos eléctricos não possuam barreiras arquitectónicas, torna-se necessário que os cais de embarque sejam adaptados à altura dos mesmos, para o efeito tem de se chegar a um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa.

## Aumentos de pensões

Portaria nº. 1093-A/94 de 7 de Dezembro (excertos)

O presente diploma procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando o índice 100 de todas as escalas salariais e ainda das ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha dos funcionários e agente da Administração Pública.

De igual modo são actualizadas as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações, promovendo-se ainda a valorização

das pensões calculadas com base nas remunerações em vigor até 30 de Setembro de 1989, no âmbito do processo de recuperação das pensões degradadas iniciado em 1991...

assim: Ao abrigo do Artº. 25 do Decreto-Lei nº 110-A/81 de 14 de Maio, e dos nº. 3 e 4 do artigo 4º e 6 do artigo 45º do Decreto-Lei nº 353-A/89, de 16 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

1º O índice 100 da escala salarial das carreiras de regime geral e de regime especial é actualizado

nos seguintes termos:

a) Em 1%, com efeitos desde 1 de Outubro de 1994, sendo fixado em 47.420\$;

b) Em 4%, a partir de 1 de Janeiro de 1995, sendo fixado em 49 317\$.

2º Os índices 100 das escalas salariais dos cargos dirigentes e dos corpos especiais são actualizados nos termos previstos no número anterior.

3º São ainda actualizadas nos termos previstos no nº 1:

a) As remunerações base do pessoal abrangido pelo presente diploma que não coincidam com qual-

quer índice das escalas salariais;

b) As remunerações base dos titulares de cargos equiparados as funções dirigentes, mas que não detenham o efectivo exercício das competências de chefia, bem como as do pessoal dirigente constante do anexo II do Decreto-Lei nº406/82, de 27 de Setembro, que não esteja integrado no novo sistema retributivo da função pública;

c) As gratificações previstas nas alíneas b) e c) do nº1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 110-A/81, de 14 de Maio.

4º O adicional à remuneração criada pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 61/92, de 15 de Abril, continua a ser abonado aos funcionários e agentes

nas mesmas condições em que actualmente o vêm recebendo.

5º Os funcionários e agentes com remuneração base correspondente ao índice 100 da escala salarial de regime geral são remunerados, no ano de 1995, pelo índice 105.

6º O montante do subsídio de refeições fixado na Portaria nº.79-A/94, de 4 de Fevereiro, é actualizado para 520\$ a partir de 1 de Janeiro de 1995.

7º As ajudas de custo previstas no Decreto-Lei

nº. 519-M/79, de 28 de Dezembro, passam a ter os seguintes valores a partir de 1 de Janeiro de 1995:

Membros do Governo - 9709\$;

funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas:

Com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - 8805\$;

Com vencimentos que se situem entre os valores dos índices 405 e 260 - 7161\$;

Continua pág 7

### ● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

#### CLÍNICA GERAL

Médico:

Dr. Fernando Brito

2.ª Feira 13:00h

4.ª Feira 17:00h

#### PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença

Marcações: D. Dulce Sousa

#### PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Teresa Infante

2.ª Feira 10:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

#### SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida

2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras

09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

#### GAB. JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras

14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefones)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

## SETÚBAL

### Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia  
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19  
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

#### Horário de funcionamento:

2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas

3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas

marcações pelo telef. 065/524835

✦ mais informações contactar ✦

Delegação da ADFA de Setúbal

## Associados Moradas correctas

Têm chegado aos serviços de apoio do nosso jornal diversas reclamações de associados, pelo facto de o mesmo não lhes estar a ser enviado. Na realidade, e iniciada há alguns meses a distribuição aos sócios que mantêm, praticamente, as quotas em dia, é elevado o número de jornais devolvidos, por problemas de identificação e moradas incompletas, erradas ou, até, antigas.

O ELO não tem base de dados própria de onde sejam retiradas as cintas para o seu envio, utiliza a base de dados única da Associação instalada no Departamento de Informática, construída e actualizada a partir das moradas dos processos individuais dos associados, existentes no Serviço de Apoio aos Sócios.

O Gabinete do ELO entrega, mensalmente, neste último serviço as cintas devolvidas por não recebimento, afim de, na medida do possível, se ir ultrapassando este problema; pede-se, no entanto, aos associados a sua máxima compreensão e que vão comunicando aos serviços da Associação, porque não ao próprio ELO, as suas moradas correctas, para que o nosso "ELO de comunicação" chegue a todos que têm pleno direito a recebê-lo, e para quem o nosso jornal continua a ser a referência e a voz da ADFA

## Assinaturas

Sr. Assinante, durante o próximo mês de Março, iremos, em actualização dos ficheiros respectivos,

examinar os níveis de envio, até ao momento, do nosso jornal e de atraso no pagamento de assinaturas, por parte dos nossos leitores.

Presumivelmente, já na próxima edição do ELO, a todos os leitores que não tenham pago a assinatura, relativa ao ano de 1994, será suspenso o respectivo envio. Recordar-se que o valor anual da assinatura, para o ano de 1995, é de 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

*Será, para nós, frutuoso saber que continua a manter o ELO que o liga aos Deficientes das Forças Armadas, demonstrando clara da nossa interligação solidária com a comunidade.*

## CURSOS DE FORMAÇÃO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Cofinanciados pelo IEFP

Inscrições para deficientes nos cursos de:

Escritório Electrónico  
Técnicos de Informática  
Cerâmica  
Informática para Invisuais

• Informações: Telf. 7570422 - ext. 224

## IRS

### Declaração modelo 1

Recordar-se que a apresentação desta declaração, incluindo, unicamente, rendimentos de trabalho "categoria A" e ou pensões "categoria H", deverá ser efectuada até ao dia 15 de Março.

### Declaração modelo 2

Esta declaração, contendo rendimentos de outras categorias conjuntamente, ou não, com rendimentos das já mencionadas, será entregue durante período compreendido entre 16 de Março e 30 de Abril.

O Serviço de Apoio aos Sócios, durante as horas de expediente, continuará a prestar, na Sede Nacional, apoio ao preenchimento de declarações aos associados que o desejem.

## Sócios falecidos



**António Sarrista dos Santos Maximino**, sócio nº 4779, com 55 anos faleceu no dia 01/02/94.

Residia na Buraca, deixa viúva a Sra. Isaurinda C. Alexandre e 4 filhos orfãos.



**Miguel Mendes Coelho**, sócio nº 12903, com 58 anos, faleceu no dia 26/01/95. Com 19,8% de incapacidade.

Residia em Lisboa, deixa viúva a Sra. Pilar Soares Coelho e 2 filhos orfãos.



**António Paulo**, sócio nº 4364, com 76 anos, faleceu no dia 11/12/94.

Residia na Guarda, deixa viúva a Sra. Maria Augusta Paulo e 4 filhos orfãos.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

## Pelo Direito à Dignidade, à Reparação Moral e Material dos Deficientes Militares

Sensibilizados pela vontade e preocupação associativas, responsáveis dos Órgãos Sociais Centrais e Locais entenderam, como muito oportuna e útil, a convocação do Conselho Nacional Extraordinário, que viria a reunir-se no dia 28 de Janeiro, para, como ponto único da respectiva ordem de trabalhos, debater e definir estratégia e linhas de orientação frente à actual situação sobre a reivindicação legislativa que afecta os deficientes militares.

O debate havido e as intervenções produzidas por todos os conselheiros presentes, em cujo número se notava a ausência dos representantes da delegação de Évora, foi, no final, aprovado, por unanimidade, o documento seguinte, enviado já a órgãos de soberania, entidades e organismos com responsabilidade nas matérias em causa, e que, pela sua profundidade e a cutilância merece, neste número, ser publicado no espaço nobre, de modo geral dedicado ao editorial.

"O Estado Português considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevindas no cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade e estabelece que as novas disposições sobre a reabilitação e assistência devidas aos deficientes das forças armadas (DFA) passem a conter o reflexo da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte da Nação." (1º parágrafo do preâmbulo do DL 43/76)

"1 - O Estado reconhece o direito à reparação que assiste aos cidadãos portugueses que, sacrificando-se pela Pátria, se deficientaram ou se deficientem no cumprimento de serviço militar e institui as medidas e os meios que, assegurando as adequadas reabilitação e assistência concorrem para a sua integração social." (Artº 1º, nº 1 do DL 43/76)

"A ADFA tem sido um factor de paz, de tranquilidade e um factor altamente positivo na sociedade portuguesa(...) e tem tido uma palavra de acaemia e de paz nos momentos azados"

"Podemos dizer que não temos nenhuma polémica nacional acerca desse ponto, e que honramos os nossos combatentes como nos cumpre..." (do discurso do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas na 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra)

"A ADFA em profícua cooperação com outras organizações não governamentais e com órgãos e departamentos oficiais(...) produziu uma acção a todos os títulos meritória" (do discurso do Primeiro Ministro na 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra)

"Posso dizer,...como Ministro da Defesa de Portugal, que Portugal talvez tenha uma das legislações mais avançadas do mundo nesta matéria. É uma obra inacabada, concertada." (do discurso do Ministro da Defesa na 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra)

O Conselho Nacional (CN) da ADFA, reunido extraordinariamente a 28 de Janeiro de 1995, analisou a proposta da Caixa Geral de Aposentações (CGA) de revogação da Legislação dos Deficientes das Forças Armadas, veiculada na comunicação social, e deliberou:

1 - Constitui uma afronta para a Nação e para as suas Instituições e concretamente para as Forças Armadas, que se ponha em causa o reconhecimento e consequente direito à reparação moral e material expressos aos cidadãos que "sacrificando-se pela Pátria", abnegada e desinteressadamente, lhe deram o melhor de si mesmos ou a própria vida.

2 - É indigno e humilhante para os actuais Deficientes das Forças Armadas que sobre eles se levantem suspeitas de "aproveitamentos menos legítimos das aberturas hoje concedidas" e de "práticas "menos éticas" que ainda se verificarão"(Transcrições de O Independente de 18 de Novembro de 1994).

3 - Não se compreende que, com base em que já decorreram 20 anos sobre o fim da guerra colonial, se proponha revogar legislação que garante a reabilitação e integração social e profissional - aliás, mal levada à prática, não obstante todo o tempo decorrido - daqueles que há 20 ou mais anos carregam, sobre si, a deficiência e que se encontram a meio das suas vidas, aguardando uma terceira idade sem estruturas adequadas de apoio, actualmente inexistentes, e que ainda se pretendam privar totalmente dela os eventuais futuros DFA.

4 - Reafirmar que os DFA dependem institucionalmente do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas e as suas pensões são suportadas directamente pelo Orçamento do Estado não sendo atribuições de entidades administrativas fazer propostas sobre a sua legislação específica.

5 - Ao reivindicar os nossos direitos, não podemos esquecer que os deficientes militares também contribuíram decisivamente para o 25 de Abril e instauração da democracia em Portugal e que, congregados na ADFA, desenvolveram um trabalho profícuo e altamente meritório no domínio da reabilitação e integração social e profissional quer dos deficientes militares quer dos deficientes em geral, actuando permanentemente na sociedade no sentido de alterar mentalidades visando a dignificação das pessoas com deficiência. Esta postura materializou-se, nomeadamente na criação do SNR, onde, juntamente com as demais organizações, participa activamente na realização do interesse público em relação às obrigações do Estado, perante as pessoas com deficiência.

6 - Lembrar que, após a guerra colonial, a Nação não pode enjear a responsabilidade e o encargo de honrar os seus mortos, e cuidar dos seus feridos e dos seus desamparados e que, tal proposta contradiz os valores éticos e morais, pondo em causa os próprios Órgãos de soberania que, ainda em Março passado, os reafirmaram, pública e solenemente, perante representantes de governos e associações de deficientes de guerra de 53 países, na 6ª Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, realizada em Lisboa e na qual discursaram Suas Excelências o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, tendo sido presidida pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional.

7 - Que, ao invés de revogar tal legislação, é imperioso que o Governo continue a legislar no sentido de colmatar lacunas gritantes ainda existentes e garantir os meios de vida dignos aos deficientes militares que, não obstante passados 20 anos, ainda não viram satisfeitos os seus justos direitos à plena reparação, não tendo sequer qualquer pensão ou usufruírem de pensões mínimas de meros funcionários públicos.

8 - Que tal proposta envergonha a dignidade da própria Nação, das Forças Armadas e dos actuais Deficientes Militares, tal como aconteceu com os "Inválidos da 1ª Guerra Mundial" que foram lançados na miséria por decreto de Salazar.

9 - A ADFA, tal como ao longo dos seus vinte anos de actuação firme e responsável, será intransigente na defesa dos princípios e dos direitos dos associados, continuando a buscar na prática associativa a resposta adequada à resolução de todos os problemas.

# HUMOR CEGO — Manifesto Anti-Umberto Eco

Por amável cedência do Director da "Luis Braille", Revista Oficial da ACAPO, Francisco Alves, publicamos um artigo que saiu naquele periódico, no seu número de Outubro/Março de 1993.

Pelo facto apresentamos os nossos agradecimentos e os parabéns pela excelente qualidade da prosa, que estamos certos, será do agrado dos nossos leitores.

Por mais que queira, não posso conformar-me. Estou envergonhado, vexado, direi mesmo, literalmente destruído e como eu assim devem estar os cegos de todo o mundo, não nos restando outra saída senão a da revolta contra esse malvado que dá pelo nome de Umberto Eco.

Não nos bastava o epíteto popular de «Tristes Cegos», pairando ameaçador como uma nuvem negra sobre as nossas cabeças, para agora ainda vir um escritor de meia tigela, um inventor de maroteiras e maquiavélicos labirintos a predizer-nos mais uns séculos de tristeza, de empata-alegrias e de outras coisas que abonam bem pouco a nosso favor!...

E o que mais me confunde é vir este ataque de um homem do Sul, de um italiano que é quase um português, pelo menos na desorganização e nos modos, logo um quase irmão a perpetrar-nos este duro golpe!...

Quanto a mim, meu caro Umberto, já te aviso: que eu saiba que puseste o pé em solo Luso e imediatamente terás as bengaladas do Jeremias a afagar-te os costados.

Meu grande tratante! Então tu não só te dás ao luxo de cegar o personagem mais hediondo e sinistro da abadia do Nome da Rosa, como ainda fazes com que esse cego assassino coma o hipotético livro escrito pelo

Aristóteles sobre a comédia e o riso!...É de mais. Não basta atribuir a um personagem cego tudo o que de pior o homem já congeminou, uma mentalidade perversa e uma gélida e intolerável seriedade, como ainda fazer com que esse personagem, dado pelo nome de Frei Jorge e que era de Burgos, se empanturre com aquele tratado do riso!...

Se esse livro algum dia foi escrito, e no caso da tua ficção se aproximar da realidade, que razões ocultas te levariam a atribuir a sua destruição a um pobre cego? Como nos poderemos nós, os cegos, conformar com esta afronta? Como te poderemos nós perdoar? Esse livro legitimaria o riso, o prazer e os folguedos, tão perseguidos por séculos de teorias contrárias que a nossa Madre Igreja tanto se tem regalado a defender!...Se esse livro existiu e não o tivesse comido aquele cego maluco, que está longe de merecer a cegueira que Deus ou tu lhe deste, como seria o nosso tempo? Justificar-se-ia o Jeremias estar para aqui a bradar no deserto que os cegos também têm direito à alegria e ao riso? Seria o prazer tão perseguido como o é no nosso mundo contemporâneo? Teria a Igreja adoptado como teoria oficial a filosofia do estagirita?

Mas deixando estas considerações bem especulativas, e antes de te condenar,

armado em Guilherme de Baskerville, vou tentar descobrir quais as razões ocultas que te levaram a este condenável procedimento. Em primeiro lugar pergunto-te em que realidade foste tu beber a inspiração para criares assim um cego medonho como o Frei Jorge?

Nos cegos portugueses não foi com toda a certeza, muito embora tu o insinues descaradamente ao dares o Frei Jorge como oriundo da nossa querida Península. Haverá aqui em Portugal algum cego que possua e queira a cultura só para si? Haverá algum cego em Portugal que guarde no Finis Africae algum livro importante para a humanidade e que não queira que ninguém mais o Leia?

Não. Em Portugal todos os cegos sabem que não existe ninguém que defenda uma perspectiva elitista da cultura!...Todos nos damos conta que a cultura é um bem que só não o tem quem não o quer ou não o procura!...

Em Portugal todos somos testemunhas que a vida aos cegos nunca foi complicada, mas bem ao contrário, sempre foi facilitada!...

Vendo bem as coisas, talvez seja possível descortinar, entre nós como em qualquer outra parte do mundo, algumas pequenas dificuldades, mas nunca suficientes para te inspirar a criação do labirinto com fantasmas como o da abadia do Abbone!... A bem dizer talvez se possa considerar um ameaço de labirinto a obra em braille do grande Mestre Gil Vicente estenografada, só pelo facto de ser em português arcaico... Mas a verdade é que também nunca ninguém negou aos cegos portugueses os manu-

ais de estenografia e portanto só não a lê quem não quer!... É claro que ao tropeçar em tantos sinais diacríticos e estenográficos, para chegar ao fim há que suar bem as estopinhas e pode correr-se o risco de não apreciar ou descobrir a beleza do mestre quinhentista, mas pelo menos aprendem-se as abreviaturas e isso também é cultura!...

Também há quem aponte problemas nos critérios de produção bibliográfica, mas são puras especulações, pois em Portugal há critérios que a grande maioria não conhece, é verdade, mas lá que os há, há. Também para que é que o povoleu dos cegos há-de querer saber tudo?!... Há coisas que só trazem vantagens estar no segredo dos deuses e o importante é que nos caíam os livros nas mãos como sopa no mel!... É claro que às vezes somos surpreendidos com a publicação de obras de bolso em detrimento de obras críticas. Contudo, e vendo bem as coisas, estas obras com tantas notas e tanto parlapatório pelo meio, estão mesmo a pedir a aplicação do critério «a metro», no caso do braille ou «a minuto», no caso do áudio, porque às tantas os cegos até já nem têm onde meter tantos volumes!...

Também dizem as más línguas que houve em tempos, por cá, cegos que queimaram apontamentos ou se-bentas com que fizeram a universidade, só para não servirem a outros cegos!... Eu cá não acredito, e para mim não passam de simples murmurações dos monges contrafeitos e não poderiam ter-te inspirado a ti que nem delas tinhas conhecimento.

Em Portugal todos que-

remos que o saber seja de todos os cegos e na nossa abadia não temos nem Frei Jorges, nem Abbones atulhando tudo com o seu poder, o seu anel de ouro e brilhantes e a sua magnífica barriga... Em Portugal não temos Berengários palavrosos e sodomitas que são capazes de vender o que possuem de mais sagrado apenas para satisfazerem os seus apetites carniais, nem temos Frei Remígio, mais preocupados com a despesa do que com outros valores mais etéreos... Também não temos Inquisidores Bernardo Gui, frios, implacáveis que conseguem estrangular-nos com a mesma serenidade com que nos dão um aperto de mão!...

Pelo que eu conheço também não te inspiraste, nem te podias ter inspirado nos cegos italianos, o mesmo acontecendo com os espanhóis e os franceses. Então porque razão tu foste criar esse ambiente terrífico e prejudicar os cegos de todo o mundo?

Aqui deve haver marosca e não descansarei enquanto a não descobrir.

Não me admiraria muito que o móbil do crime estivesse nalguma pirraça que algum cego te fez em pequeno. Por esta razão, vou contratar um batalhão de psicólogos e de psiquiatras para escarpelizarem esse teu inconsciente e não tenho dúvidas que bem lá no fundo, ardendo ao rubro e embrulhadas em não sei quantos recalcamientos, depressa darão com as humilhações que algum cego te fez na infância e contra as quais te queres vingar agora ao retardador, não tendo qualquer pejo em nos pôr em xeque a todos nós pobres inocentes!...

Assim, demonstrada que está a tua culpabilidade, deceto:

Porque o Umberto Eco nos humilhou no nome da Rosa;

Porque a vingança a frio é um crime;

Porque não temos que expiar males alheios;

Porque a nossa dignidade está em causa;

Porque apanhar-nos despercebidos é traição;

Porque o Eco quer envolver os cegos de todo o mundo na nuvem negra da tristeza e isso é uma ignomínia;

Porque o Eco nos acusa infamemente de ter surripado do mundo a alegria e o riso;

Por tudo isto e por muitas mais coisas, cegos de todas as nações pegai nas vossas bengalas e atíçai a fogueira com o Nome da Rosa, a Abadia do Abbone, o Frei Jorge, o seu autor Eco e toda a mentalidade de clausura, de trevas e de obscurantismo em que ele nos quer envolver!...

Cegos de todos os povos revoltai-vos contra quem indesculpavelmente vos tiraniza sob a sombra opressora da incultura!...

Cegos humilhados, gritai: Morra o Eco e todas as suas congeminções, infâmias e acusações!...

Cegos de todas as raças erguei em riste, bem alto, as vossas bengalas e fazei descer a vossa cólera sobre o Eco que quer perpetuar as algemas da ignorância em que sempre nos quiseram prender!...

Para que um dia possamos ser livres num mundo sem labirintos, aberto a todos e ao futuro, cegos de todo o mundo uni-vos contra o inimigo comum: o Eco!...

## Por Dentro da Reabilitação

Armando Guedes da Fonte

### A INFORMAÇÃO

Longe vai o tempo em que a riqueza das nações, e a dos indivíduos, se aferia pela maior ou menor quantidade de ouro arrecadado e disponível a ser transaccionado de imediato. Hoje, a definição dos grandes espaços comerciais característicos da actual geografia económica e uma já consagrada interdependência contingencial dessa mesma economia leva-nos a pensar que a riqueza das nações, potencialmente pelo menos, depende directa e em primeira linha da informação que dispõem, ou podem vir a dispor, sobre as mais variadas áreas do conhecimento humano bem assim como da possibilidade de conversão, transporte ou comunicação e assimilação dessa mesma informação. E, muito embora possamos atribuir, em grande medida, a importância e o desenvolvimento técnico-social da in-

formação-comunicação a estratégias intimamente ligadas às áreas político-militares, o facto é que a sociedade civil acabou por assimilar rapidamente essa importância e potencialidades, convertendo-as, investindo-as e rentabilizando-as em seu favor, em nome de uma aspiração legítima de melhorar a qualidade de vida.

A informação é hoje assim, mais do que nunca, um factor essencial do desenvolvimento sócio-económico, verdadeira moeda de troca no processo aquisitivo e transformador da vida das nações e dos indivíduos centrando-se o seu real valor na potencial utilidade que lhe seja atribuída e dependendo esta da origem, conteúdo, forma e do tempo em que é disponibilizada ao destinatário.

No que se refere ao processo reabilitacional dos grandes deficientes e porque, de uma forma geral, estes constituem minorias

com mais dificuldade de acesso e utilização à informação, relativamente a outros grupos sociais, o binómio informação-comunicação reveste-se de uma importância especial, e muitas vezes não imaginada, pelas potencialidades de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida que pode proporcionar a estes indivíduos.

O processo reabilitacional dos grandes deficientes sendo multifacetado, dinâmico e interactivo necessita, para proporcionar os resultados esperados, de ter acesso a vasta gama de informação emitida pelas diferentes áreas da actividade humana (sócio-cultural, científica e técnica). Esta informação, sendo veiculada ao deficiente através dos mais diversos e apropriados meios de comunicação social, hoje ao dispor e seleccionados em atenção ao destinatário, vai proporcionar conhecimentos, estímulos e motivações

que o impulsionam para novas e surpreendentes práticas, técnicas e experiências, na esperança de obtenção de mais e mais eficazes compensações e habilidades, ou minorar alguns efeitos penosos, numa atitude positiva e optimista face à deficiência. A informação-comunicação torna-se assim factor determinante no processo reabilitacional fornecendo conhecimentos sobre a ciência e técnica e também, e não menos importante, proporcionando o estabelecimento de vias de contacto com indivíduos e comunidades de deficientes de outros países, com os seus estatutos sócio-políticos, a compreensão das suas vivências familiares e comunitárias, o conhecimento das experiências e tecnologias reabilitacionais que dispõem e as tendências do seu processo reabilitacional.

O grau de intensidade e de qualidade da inserção do grande deficiente nas mais diversas manifestações da actividade da vida comunitária (família, religião, política, trabalho,

lazer, etc.) depende das terapêuticas, apoios, ajudas e compensações postas ao seu alcance mas também, e especialmente, de uma série de factores de ordem intelectual e psíquica, desempenhando aí a motivação um papel decisivo. Esta para ser forte requer alimentação e estimulação permanentes o que pode perfeitamente conseguir-se através de um permanente fluxo informativo-formativo com utilização de uma correcta via de comunicação. Assim é importante que se estabeleçam, com os deficientes e entre eles próprios, apropriados sistemas informativos.

A qualidade de um programa reabilitacional resulta da intensidade como são reconhecidos os direitos da pessoa humana e os dos deficientes em especial, e da forma assumida para praticar tal reconhecimento, por parte da sociedade em geral e das instituições oficiais em particular. Também neste âmbito, a informação-comunicação revela-se um

factor determinante ao exercer uma pedagogia cívica e de solidariedade. Ficariamos desagradavelmente surpreendidos, por certo, se conhecêssemos os casos de grandes deficientes vivendo arredados dos mais elementares cuidados e apoios. A cada passo a televisão e a rádio, para só mencionar estes meios de comunicação por mais penetrantes, trazem-nos notícias de pessoas deficientes em condições de vida infra-humanas, sem qualquer acesso a ajudas técnicas, ou outras, para já não mencionar a completa ignorância dos acompanhantes familiares, e outros, no respeitante a prestação de simples e elementares cuidados de higiene e profilaxia, numa atitude de entendimento positivo da deficiência. É numa realidade destas que a informação desempenha um papel importante pois proporciona conhecimentos, apoios e utilidades imediatos, minorando sofrimentos e promovendo a dignidade da pessoa deficiente.

Continua na pág. 12

## OS DEFICIENTES NA LITERATURA

Uma das acções a desenvolver no âmbito do projecto das "barreiras culturais da integração" diz respeito à literatura, ou seja, à procura das formas como os deficientes aí são figurados. A compreensão do fenómeno da marginalização dos deficientes passa em grande parte por uma leitura atenta de algumas obras literárias.

No dia 17 de Março, às 18 horas, na sede da Associação, em Lisboa, vamos, alternando agora com as sessões de cinema, analisar e discutir algumas obras

com personagens portadoras de deficiências. Para este debate tomamos como referência dois autores de língua portuguesa - Miguel Torga e Mia Couto.

Iniciamos estes debates com estes dois autores por razões muito fortes: com Miguel Torga, recentemente falecido, para o homenagearmos; com Mia Couto, uma revelação recente, para o divulgarmos.

A literatura será porventura o terreno onde mais profundamente se alicerçam as barreiras culturais da integração. Como recriação

que é da realidade, a literatura recorta com nitidez o que na vivência do quotidiano muitas vezes é obscuro. As personagens são frequentemente tipos que ficam a marcar grupos sociais e épocas em que contemporâneos e vindouros muitas vezes se revêem e identificam.

Os costumes consagraram na vida social o deficiente como uma pessoa diferente. A literatura pode pegar nessas pessoas e recriá-las, acentuando os traços físicos e psicológicos socialmente assinalados.

### "O REGRESSO"

Da abundante obra de Miguel Torga e da galeria rica das suas personagens, todas bem moldadas com o barro da vida, interessa-nos destacar o romance "A Vingança" e o conto "O Regresso". No primeiro temos uma personagem secundária deficiente (uma mão

amputada); no segundo é a personagem central que é deficiente, um deficiente de guerra, sem uma vista e sem uma mão.

Num dos primeiros números do "ELO", publicámos, com a autorização pessoal do próprio Miguel Torga, o conto "O Regresso". A melhor homenagem que hoje podemos prestar ao maior contista português deste século é reler este conto (do livro "Novos Contos da Montanha") e depois debatê-lo.

### "O CEGO ESTRELINHO"

A descoberta da obra de Mia Couto é uma deliciosa revelação. Este autor Moçambicano, com apenas 40 anos, é já um dos maiores escritores de língua portuguesa.

Em dois livros de contos, publicados pela Editorial Caminho - "Cada Homem é Uma Raça" e "Estórias Abensonhadas" - está abundantemente presente a te-  
Continua pág 10

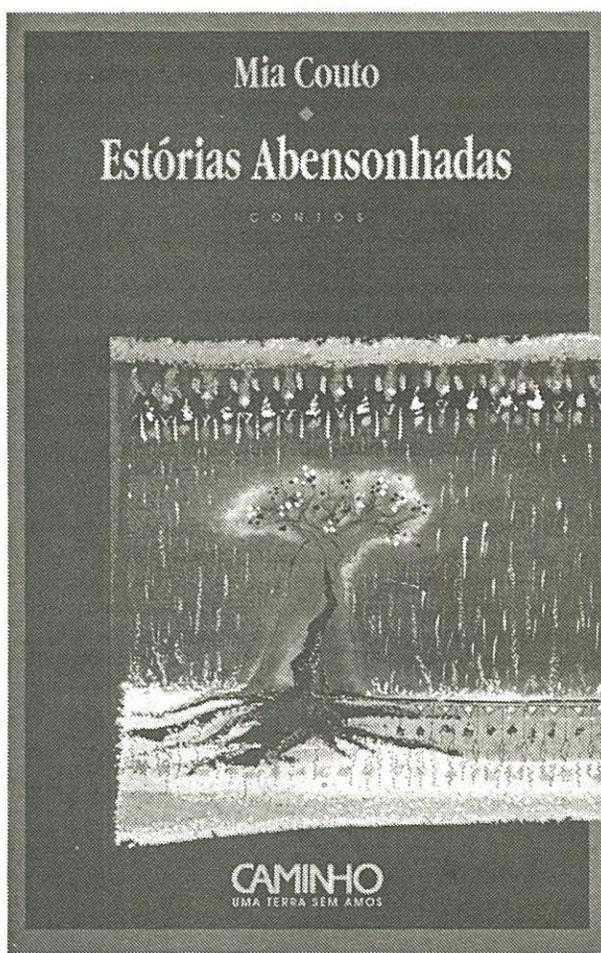
## SESSÃO DEBATE SOBRE LITERATURA

NA SEDE DA ADF

Sexta-feira, 17 de Março às 18H00

Os deficientes na obra de Miguel Torga, Mia Couto e outros autores.

O debate poderá continuar ao jantar (20:30H)



Gigito Efraim estava como nunca esteve S. Tomé: via para não crer. O condutor falava pela ponta dos dedos. Desfolhava o universo, aberto em folhas. A ideiação dele era tal que mesmo o cego, por vezes, acreditava ver. O outro lhe encorajava esses breves enganos:

- Desbengale-se, você está escolhendo a boa procedência!

Mentira: Estrelinho continuava sem ver uma palmeira à frente do nariz. Contudo, o cego não se conformava em suas escurezas. Ele cumpria o ditado: não tinha perna e queria dar o pontapé. Só à noite, ele desalentava, sofrendo medos mais antigos que a humanidade. Entendia aquilo que, na raça humana, é menos primitivo: o animal.

- Na noite aflige não haver luz?

- Aflição é ter um pássaro branco esvoando dentro do sono.

Pássaro branco? No sono? Lugar de ave é nas alturas. Dizem até que

razão da concha é a timidez da amêijoia? Na manhã seguinte, o cego lhe confessava: se você morrer, tenho que morrer logo no imediato. Senão-me: como acerto o caminho para o céu?

Foi no mês de Dezembro que levaram Gigitinho. Lhe tiraram do mundo para pôr na guerra: obrigavam os serviços militares. O cego reclamou: que o moço inatingia a idade: E que o serviço que ele a si prestava era vital e vitalício. O guia chamou Estrelinho à parte e lhe tranquilizou:

- Não vai ficar sozinho por aí. Minha mana já mandei para ficar no meu lugar.

O cego estendeu o braço a querer tocar uma despedida. Mas o outro já não estava lá. Ou estava e se desviara, propositado? E sem água ida nem vinda, Estrelinho escutou o amigo se afastar, engolido, esponginquo, invisível. Pela primeira vez, Estrelinho se sentiu invalidado.

# O Cego Estrelinho\*

Mia Couto

O cego Estrelinho era pessoa de nenhuma vez: sua história poderia ser contada e descontada não fosse seu guia, Gigito Efraim. A mão de Gigito conduziu o desvestido por tempos e idades. Aquela mão era repartidamente comum, extensão de um no outro, siamensal. E assim era quase de nascença. Memória de Estrelinho tinha cinco dedos e eram os de Gigito postos, em aperto, na sua própria mão.

O cego, curioso, queria saber de tudo. Ele não fa-

zia cerimónia no viver. O sempre lhe era pouco e o tudo insuficiente. Dizia, deste modo:

- Tenho que viver já, senão esqueço-me.

Gigitinho, porém, o que descrevia era o que não havia. O mundo que ele minuciava eram fantasias e rendilhados. A imaginação do guia era mais profícua que papaeira. O cego enchia a boca de águas:

- Que maravilhação esse mundo. Me conte tudo, Gigito!

A mão do guia era, afinal, o manuscrito da mentira

Deus fez o céu para justificar os pássaros. Estrelinho desfarçava o medo dos vaticínios, subterfugindo:

- E agora, Gigitinho? Agora, olhando assim para cima, estou face ao céu?

Que podia o outro responder? O céu do cego fica em toda a parte. Estrelinho perdia o pé era quando a noite chegava e seu mestre adormecia. Era como se um novo escuro nele se estresse em nó cego. Devagaroso e sorrateiro ele aninhava sua mão na mão do guia. Só assim adormecia. A

- Agora, só agora, sou cego que não vê.

No tempo que seguiu, o cego falou alto, sozinho como se inventasse a presença de seu amigo: escuta, meu irmão, escuta este silêncio. O erro da pessoa é pensar que os silêncios são todos iguais. Enquanto não: há distintas qualidades de silêncio. É assim o escuro, este nada apagado que estes meus olhos tocam: cada um é um, desbotado à sua maneira. Entende, mano Gigito?

Mas a resposta de Gigito não veio, num silêncio que foi seguindo, esse

Continua na pág. 10

## "Perfume de Mulher"

Conforme anunciado no "ELO" de Janeiro realizou-se no passado dia 10 de Fevereiro o visionamento do filme "Perfume de Mulher", de Martin Brest, cujo autor principal, Al Pacino, desempenha o papel de um veterano de guerra americano, cego.

Antes da sessão juntou-se para jantar um grupo de sócios, no restaurante da Sede, o que constituiu uma óptima oportunidade de convívio, que se vai tornando pouco usual na vida da associação.

O filme conta a história de um militar de carreira que ficou cego no decorrer de exercícios de instrução, que se encontra desiludido com a vida e pretende suicidar-se. Para isso elabora um plano que consistia em instalar-se num dos melhores hotéis do mundo durante um fim de semana, ter relações sexuais com uma "mulher de primeira" e conduzir um "Ferrari", após o que daria um tiro na cabeça. Para prosseguir estes planos contrata um estudante universitário para o acompanhar.

O estudante por sua vez encontra-se numa situação difícil, onde se joga o seu futuro: foi testemunha de uma "partida" feita ao reitor da sua Universidade por colegas seus: se os não denunciasses seria expulso.

Da relação entre os dois personagens vai-se criando como que uma simbiose dos problemas de ambos: o estudante evita que o cego se mate e estimula as suas capacidades restantes; este, num discurso efectuado na Universidade realçou os altos valores morais do jovem, que negava transformar-se num "bufo".

Após esta aventura opera-se uma transformação no comportamento social do cego, terminando o filme numa imagem onde este brinca com as suas sobrinhas.

Durante a discussão do filme começou por se referir que se tratava de um cego recente, que não teve acompanhamento psicológico, que se encontrava abandonado socialmente e preso ao álcool.

Foi também colocada a questão se neste filme o realizador não estaria apenas a utilizar a pessoa cega como um índice da decadência dos valores morais nos EUA, que o realizador pretendia criticar.

Poderia haver também um outro aspecto negativo no filme: é que a actuação de Al Pacino é de tal forma espectacular, que resulta esta como o aspecto fundamental em detrimento de uma visão positiva da pessoa com deficiência.

Houve no entanto quem visse o filme numa outra dimensão: a de alguém que apesar de tudo consegue ultrapassar todos os obstáculos sociais que lhe são colocados; a marginalização por parte da família que o rejeita de uma forma "envergonhada", subtil e "bem-educada", onde, por vezes, o verniz estala com as atitudes impertinentes e agressivas do marginal que as rejeita, e assim ele já pode ser acusado de ser uma pessoa que não corresponde às normas estabelecidas e destas forma é também deficiente nas suas relações. Neste jogo de causa e efeito o filme vai em crescendo, mostrando aos olhos do espectador atento esta forma subtil de rejeição que como diria Foucault assume a forma de uma partilha rigorosa entre a exclusão social e uma reintegração espiritual.

A "americanada" de pôr o cego a conduzir um Ferrari poderá desviar um pouco este ritmo, mas no conjunto é um filme rico na sua complexidade e capaz de despertar até no espectador menos atento uma visão mais positiva da pessoa deficiente.

## CICLO DE CINEMA NA ADF

### "FILHOS DE UM DEUS MENOR"

De Randa Haines Com

William Hurt e Marlene Maltin  
Sexta-feira, 30 de Março às 20H30  
Na Sede da ADF

A actriz, Marlene Maltin, que desempenha o papel de surda-muda com problemas emocionais muito fortes, conquistou com este trabalho o Óscar para melhor actriz em 1987.

A seu lado William Hurt, o professor da surda-muda e também seu marido.

Os dois formam um casal por quem não é possível deixar de sentir uma admiração e simpatia fora do comum.

O filme narra uma belíssima história de amor com um final feliz.

Informa-se, também, que os serviços de Bar e Restaurante estarão disponíveis, haverá um jantar de confraternização antes do filme, às 19:00horas, por isso quem quiser vir comer conosco, será bem vindo.

Após o filme, realizar-se-á de imediato um debate extensivo a todos os participantes, sócios, amigos e familiares, esperando-se dos sócios um contributo especial através da manifestação, espontânea e informal, do seu profundo sentir e da sua rica experiência.

# Assembleia Geral Nacional Extraordinária



Texto de Armindo Roque  
Fotos de Farinho Lopes

A AGN extraordinária para a aprovação, na especialidade, da Revisão Estatutária, que se realizou na Sede no passado dia 11 de Fevereiro, contou com a presença de mais de 200 associados que encheram totalmente o Salão Nobre.

Começou, às 14:30 horas, com a leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral que aprovou a Revisão dos Estatutos na generalidade e que, como se sabe, decorreu em duas sessões nos dias 5 e 26 de Novembro.

António Monteiro, em nome da Comissão de Redacção, que é constituída também por Patuleia Mendes e Hugo Guerra, começou por explicar os métodos adoptados para a redacção definitiva dos Estatutos.

Considerou que uma vez que o seu conteúdo já era conhecido, seria mais correcto que as informações fossem dadas durante o decorrer da AGN, à medida que as questões fossem sendo colocadas.

Os Estatutos começaram por ser analisados capítulo a capítulo e depois votados artigo a artigo.

## CAPÍTULO II DESIGNAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE e FINS da ASSOCIAÇÃO

O artº 1º não teve alterações e o 2º apenas um acerto de ordem terminológica.

No artº 3º houve uma pequena alteração, que estipula que no estrangeiro apenas se possam criar núcleos e não delegações.

O artº 4º, no ponto 3, expressa, claramente, que a ADFA "é solidária com toda a pessoa deficiente".

No artº 5º foi eliminado o ponto 2.

Todos estes artigos foram aprovados por maioria e alguns mesmo por unanimidade.

Foi substituído nos Estatutos o termo sócios, substituindo-o por associados, por este ser mais correcto quando se refere a uma associação e o outro ser geralmente usado em sociedades comerciais.

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Não houve neste Capítulo alterações importantes, exceptuando a criação de um novo artº, o 7º, que estabelece a figura de Sócio Honorário.

Os artigos foram aprovados sem grande discussão, o que só foi conseguido devido a muitas reuniões havidas e de muita polémica havida nas assembleias anteriores, conforme o "ELO" oportunamente informou.

## CAPÍTULO III PATRIMÓNIO E MEIOS FINANCEIROS

No pnto 3 do artº 14º, foi aprovado que "As heranças, legados ou doações, atribuídos à ADFA, por intermédio de uma Delegação, serão geridos e fruídos por esta".

No artº 15º, foi criado um novo ponto onde se estipulou que a ADFA pode Participar em sociedades "com vista à obtenção de receitas, para apoiarem a prossecução dos seus fins. A ADFA poderá assim ter participações no capital de sociedades comerciais" este ponto, segundo António Monteiro, visa regularizar estatutariamente o funcionamento da Tipografia da ADFA, e também porque "notário nenhum possibilitará a participação da associação numa sociedade", sem que isso venha expresso nos Estatutos. Deu como exemplo o caso da Fundação Gulbenkian, que é uma instituição, por essência, sem fins lucrativos e que detém no entanto acções financeiras. Patuleia Mendes, argumentou que o simples facto de termos depósitos a prazo: é já, por si, produzir lucros.

Nesta altura o presidente da Direcção, -em resposta à interpelação de um associado onde disse que a aprovação deste ponto seria uma forma de acelerar o corte do subsídio do Ministério da Defesa, informou que a ADFA, num Orçamento de 108 mil contos, apenas recebe do Estado cerca de 40 mil contos e que os restantes 68 mil provêm das quotas (cerca de

40 mil contos), e de serviços prestados, de que realçou a tipografia. Adiantou que a filosofia da ADFA deveria de ser a de caminhar no sentido de se autonomizar fi-



nanceiramente e que o subsídio do Estado serviria, sobretudo, para imprimir melhor qualidade aos serviços.

Todos os artigos deste capítulo foram aprovados por esmagadora maioria.

## CAPÍTULO IV ORGÃOS SOCIAIS SECÇÃO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

A partir deste capítulo decidiu-se que se começasse a discutir Secção a Secção, uma vez que os Capítulos eram muito extensos.

Um dos pontos que levantou alguma polémica foi o da necessidade ou não, da continuação da existência dos Conselhos Fiscais de Delegação. O associado Noronha, do Porto, propôs a sua extinção, argumentando que estes têm falta de operacionalidade, que a contabilidade está centralizada na Sede e ainda que, com a criação dos Conselhos de Dele-

gação, os mesmos terão também capacidade de fiscalizar o desenvolvimento do programas de actividade das próprias Direcções.

Outras intervenções defenderam que tantos elementos seriam uma sobrecarga para as Delegações.

Em resposta argumentou-se que quantos mais membros houver nos Órgãos melhor, e, por outro lado, que a falta de operacionalidade é uma falsa questão fruto de uma visão burocrática do papel dos Órgãos, pois a sua função não se resume a elaborar relatórios: se os mesmos não existirem, é porque não há nada de grave e que o importante é que em qualquer momento eles possam intervir, fiscalizar e apoiar a acção do Conselho Fiscal Central.

A proposta foi rejeitada pela assembleia.

O artº 17º, anterior

opinião que prevaleceu foi a de que se o "trabalho era voluntário" não deveria de ser remunerado.

Foi eliminado o ponto nº 2, cujo texto dizia: "A condição de trabalhador da ADFA não é incompatível com o desempenho de funções em qualquer Órgão Social", por se considerar que isso era passar um "estatuto de menoridade" aos trabalhadores da ADFA.

### ARTIGO 18º

A discussão do artº 18 que estipula que: "É de três anos a duração do mandato dos titulares dos órgãos sociais, admitindo-se, todavia, a sua reeleição, por uma ou mais vezes, sendo a eleição por escrutínio secreto", levantou uma grande polémica, que obrigou a muitas intervenções.

O Associado Santos, do Porto, apresentou uma proposta, que foi aceite, para que o mesmo titular de um órgão não o pudesse ocupar em mais de dois mandatos consecutivos.

Nas intervenções havidas sobre esta matéria foi realçado o facto de que a lei que regula a organização das associações "envereda nesse sentido". Foi também afirmado que existem pessoas nos órgãos Sociais da ADFA que "têm tendência a perpetuar-se". Nesta altura o associado Rufino, trabalhador e presidente da Direcção da Delegação de Faro, insurgiu-se e afirmou que se alguém o quisesse poria de imediato o seu lugar de trabalhador e de director à disposição. Alertou para o facto de a ADFA lutar com falta de quadros e que "por este andar" os poucos que tínhamos se iriam embora. Referindo-se ao Presidente da Direcção Central disse que este "não tinha de ser escravo de ninguém".

Resumindo, o que estava em discussão era o "medo", por parte de alguns sócios, de falta de rotatividade dos Órgãos. De qualquer forma a duração do mandato com 3 anos foi aprovado.

A proposta para que não pudessem haver mais de dois mandatos consecutivos, embora tendo obtido maioria de votos a favor não ob-

teve os 3/4, estatutariamente exigidos pelo que não passou. Em seguida procedeu-se à votação do ponto 1 do artº 18º que também não obteve a maioria de 3/4 necessária. Caiu-se, desta forma, num impasse, na medida em que sem a aprovação deste ponto, os Órgãos eleitos o seriam por tempo indeterminado. Por outro lado, a AGN anterior já tinha aprovado que os mandatos teriam a duração de três anos.

Houve ainda quem propusesse que se repetissem as votações, o que a MAGN não aceitou, afirmando que "o que está votado está votado."

Para se resolver este impasse, António Monteiro apresentou uma proposta, que foi aprovada, onde, no ponto nº 1 passou a constar apenas que: "a duração do mandato dos titulares dos Órgãos Sociais é de três anos."

Foi aprovado um outro ponto que estipula que a votação seria por escrutínio secreto.

Desta forma ficou omisssa a parte do ponto 1 que dizia "admitindo-se, todavia, a sua reeleição, por uma ou mais vezes"; o que na prática permite que isto aconteça.

Os restantes artigos desta Secção foram aprovados sem dificuldades de maior com ligeiras correcções.

## SECÇÃO II

Entrou-se ainda na discussão da Secção II, Órgãos Sociais de Âmbito Nacional, Sub-secção I, Assembleia Geral Nacional.

Foram discutidos e aprovados os artigos até ao 26º, após o que, devido ao adiantado da hora, foram encerrados os trabalhos, ficando desde logo marcada a continuação da AGN para o dia 4 de Março, no Porto.

## INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

Depois de terminada a AGN, a Direcção Central fez o ponto da situação sobre a revogação da legislação que consta, essencialmente, de um comunicado que vem publicado na página 3 deste jornal.



# Informações

## AGNE no Porto

**Prevedo-se intensa participação associativa na AGNE de 4 de Março, a Delegação do Porto, face às suas limitadas capacidades em termos de serviço condigno, não pode garantir fornecimento de refeições naquele dia.**

**Estará, no entanto, à disposição dos associados todo o serviço de bar, essencialmente no que se refere a cafés, águas e outras bebidas**

**Encontram-se disponíveis lugares em autocarro para a AGNE para sócios da área da Sede.**

**Para informações e reservas contactar o GIRP, Telef. 7570422 ou 7570502 - Ext. 212**

Continuação pág 2

# Aumentos de pensões

Outros - 6577\$.

8º. Os índices referidos no número precedente são os da escala salarial do regime geral.

9º. No caso de deslocações em que um funcionário ou agente acompanhe outro que afigure ajuda de custo superior, aquele terá direito ao pagamento pelo escalão de ajudas de custo imediatamente superior.

11º. Sem prejuízo das situações excepcionais devidamente documentadas, as ajudas de custo diárias a abonar ao pessoal em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro têm os seguintes valores a partir de 1 de Janeiro de 1995:

Membros do Governo - 23 444\$; Funcionários, agentes do estado e entidades a eles equiparadas:

Com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - 20 898\$;

Com vencimentos que se situem entre os valores dos índices 405 e 260 - 18 458\$;

Outros - 15 700\$.

14º. São aumentadas em 1%, com arredondamento para a centena de escudos imediatamente superior, com efeitos desde 1 de Outubro de 1994, as seguintes pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações:

a) As pensões de aposentação, reforma e invalidez;

b) As pensões de sobrevivência;

c) As pensões de preço de sangue e outras, com excepção das resultantes de condecorações e das Leis nº. 1942, de 27 de Julho de 1936, e 2127, de 3 de Agosto de 1965.

15º. As pensões referidas no número anterior são ainda aumentadas em 4%, com arredondamento para a centena de escudos imediatamente superior, a partir de 1 de Janeiro de 1995.

16º. As pensões calculadas com base nas remunerações em vigor até 30 de Setembro de 1989 são ainda valorizadas em 1% a partir de 1 de Janeiro de 1995.

17º. É fixado em 27 600\$, a partir de 1 de Janeiro de 1995, o valor mínimo das pensões de aposentação, reforma e invalidez, com excepção das pensões fixadas nos termos do nº.4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº. 286/93, de 20 de Agosto.

18º. No valor já actualizado das pensões calculado com base nas remunerações em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1992 até 31 de Dezembro de 1994 será deduzida a percentagem correspondente aos descontos legais para a Caixa Geral de Aposentações.

19º. Os aposentados, os reformados e os demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, bem como os funcionários que se encontrem na situação de reserva e desligados do serviço, aguardando aposentação ou reforma, com excepção do pessoal que no ano de passagem a qualquer das referidas situações receba subsídios de férias, têm direito a receber, em cada ano civil, um 14º. mês, pagável em Julho, de montante igual à pensão correspondente a esse mesmo mês.

## Delegação Porto

### Reunião dos associados, sábado, 11 de Março

No Primeiro sábado de Março dia 4, realiza-se a Assembleia Geral Nacional Extraordinária ( em continuação) para a revisão estatutária.

Esta Assembleia decorrerá nas Instalações da Delegação do Porto, pelo que a habitual reunião de associados da Delegação, habitual nos primeiros sábados de cada mês, realiza-se-á, excepcionalmente, no sábado seguinte dia 11.

Caso não haja impedimento de força maior, nesse sábado o tema da reunião será um debate/reflexão sobre o Centro de Reabilitação - PROJECTOS A DESENVOLVER NO QUADRO DE PREOCUPAÇÕES DA ADFA.

A Direcção da Delegação

### Consultas de Próteses no Hospital Militar do Porto

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Nº 1 do Porto, nos próximos 4 meses, efectuem-se nas seguintes datas:

|       |         |
|-------|---------|
| Março | 08 E 29 |
| Abril | 12 E 26 |
| Maio  | 14 E 31 |
| Junho | 14 E 28 |

As consultas realizam-se nas manhãs dos dias acima indicados, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar no respectivo serviço.

### Apoio aos sócios na compra de viaturas

A Delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço para os apoiar na compra de viaturas para serviço próprio, com Isenção de Impostos.

O serviço funciona em articulação com uma empresa do Ramo Automóvel, permitindo à aquisição de viaturas de diversas marcas e modelos, desde que estejam enquadradas nos limites permitidos para legislação em vigor.

Para utilizarem estes serviços, devem contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através dos Telefons: 820403/820744.

### Passeios de Primavera

Integrados no programa "Passeios de Primavera", a Delegação do Porto organiza uma excursão à Galiza nos dias 29, 30 de Abril e 01 de Maio.

Os sócios e familiares interessados deverão efectuar as inscrições no prazo indicado no C.A.O.S. da Delegação.

Excursão a Santiago de Compostela e Corunha  
Dias 29/30 de Abril e 01 de maio.

Itinerários  
29/04/95

-Porto-Valença-pontevedra-Sanxenxo-La Toja-Grove-Cambados-Santiago de Compostela

Jantar e alojamento no hotel.

30/04/95

-Santiago de Compostela-Corunha-Santiago de Compostela

Jantar e alojamento no hotel.

01/05/95

-Santiago de Compostela-(manhã)-Saída após o almoço para o Porto.

Inscrições até ao dia 31 de Março.

### Seminário em Faro

#### "Portugal e a União Europeia" (as Mulheres e a Igualdade de Oportunidades)

O Presidente da Direcção da Delegação de Faro da ADFA, foi convidado a participar num Seminário "Portugal e a União Europeia" As Mulheres e a Igualdade de Oportunidades, organizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Faro, o Delegado Regional do Algarve do Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Núcleo de Faro do MDM no dia 13/02/95, no Auditório da Juventude, em Faro.

Nos trabalhos estiveram presentes:

o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, a Dra. Ana Vicente, a Dra. Maria Barroso, a Dra. Priscila Soares, a Dra. Maria Luísa Teixeira, o Dr. Lúcio de Sousa, Director de Serviço do Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional do Algarve do I.E.F.P., o Dr. João Goulão, Delegado Regional do Sul do Serviço de Prevenção e tratamento da Toxicoddependência, a Dra. Maria de Fátima Rosado, o Dr. Mendes Bota, Deputado da A. da República e Ex-Deputado do Parlamento Europeu, a

Dra. Manuela Campino, Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego "O que é a CITE, Funções Respectivas", a Dra. Margarida Tengarrinha-Pintora e Ex-Deputada pelo Algarve à A. da República, Igualdade de Oportunidades no trabalho, para pessoas Deficientes, a Dra. Madalena Barbosa, para fazer Síntese e Conclusões apresentadas e o Sr. Governador Civil de Faro, que presidiu à Cerimónia de Encerramento.

No final foi distribuído um Certificado de Presença a todos os Participantes.

José Nicolau Rufino

## Delegação de Viseu

A Campanha de angariação de fundos para as novas instalações da Delegação, está a decorrer e os associados a construir para a casa devidamente adaptada, propriedade da ADFA de que tanto necessitamos.

Como se pode verificar, neste espaço de tempo já conseguimos e pagamos sete milhões e cinco mil escudos e até Maio/Junho, temos que conseguir mais seis mil trezentos e cinquenta contos. Vamos todos estar com Viseu e contribuir com um donativo compatível com as possibilidades de cada um e dentro do prazo previsto, conseguir a verba que nos falta.

Seguem-se os donativos que nos chegaram até ao dia 01/02/95.

Donativos para as instalações da Delegação de Viseu

|   |             |
|---|-------------|
| GENTIL DIAS SOARES, SÓCIO 3910          | 10.750\$00  |
| CÂNDIDO ALBERTO G. SANTOS, SÓCIO 5234   | 7.000\$00   |
| DELFIN ANJOS ALVES, SÓCIO 2923          | 7.000\$00   |
| ANTÓNIO GONÇALVES LOPES, SÓCIO 2116     | 1.000\$00   |
| FERNANDO SILVA FERREIRA, SÓCIO 9925     | 10.000\$00  |
| ANTÓNIO FIGUEIREDO REBELO, SÓCIO 3034   | 4.000\$00   |
| ANTÓNIO NASCIMENTO SANTOS, SÓCIO 12977  | 1.000\$00   |
| MARIA JOSÉ VILAÇA, SÓCIO 9371           | 1.900\$00   |
| MANUEL GONÇALVES FACUNDO, SÓCIO 8548    | 5.000\$00   |
| ANTÓNIO MONTEIRO IGREJAS, SÓCIO 4321    | 5.000\$00   |
| JOSÉ MONTEIRO PALOS, SÓCIO 2233         | 1.000\$00   |
| JOÃO MARTINS DA FONTE, SÓCIO 5375       | 5.000\$00   |
| MARIO PAIVA RIBEIRO, SÓCIO 4509         | 5.000\$00   |
| ANTÓNIO MATIAS C. R. AMARAL, SÓCIO 7770 | 10.000\$00  |
| OLINDA C. ALBUQUERQUE, SÓCIO 7210       | 5.000\$00   |
| MANUEL COSTA P HESPAHOL, SÓCIO 12884    | 1.000\$00   |
| MANUEL CORREIA, SÓCIO 5631              | 5.000\$00   |
| JOFRE MACHADO MARTINS, SÓCIO 5801       | 10.000\$00  |
| AMERICO PINTO CELA, SÓCIO 3198          | 5.000\$00   |
| MANUEL SILVA SANTOS, SÓCIO 8551         | 4.300\$00   |
| HENRIQUE SANTOS ALMEIDA, SÓCIO 5886     | 3.000\$00   |
| ERNESTO MARQUES BALULA, SÓCIO 3560      | 10.000\$00  |
| CARLOS ALBERTO P. SANTOS, SÓCIO 12111   | 15.000\$00  |
| ELEUTERIO FRANCISCO LASCA, SÓCIO 3906   | 5.000\$00   |
| JOÃO CARLOS N FERNANDES, SÓCIO 12296    | 2.000\$00   |
| SEBASTIÃO ANTÓNIO, SÓCIO 1547           | 5.000\$00   |
| ZEFERINO E S GOMES MARCELA, SÓCIO 6910  | 10.000\$00  |
| ALVARO JESUS MARQUES, SÓCIO 12946       | 3.000\$00   |
| JOÃO FERREIRA FONSECA, SÓCIO 12211      | 10.000\$00  |
| EDUARDO SILVA SANTOS, SÓCIO 5887        | 1.000\$00   |
| JOSÉ SILVA FERREIRA, SÓCIO 881          | 20.000\$00  |
| JOSÉ MANUEL COSTA PINTO, SÓCIO 7057     | 5.000\$00   |
| JOSÉ MARQUES FARIA, SÓCIO 1311          | 3.000\$00   |
| CLAUDINO JOAQUIM FERREIRA, SÓCIO 2289   | 20.000\$00  |
| JOSÉ MANUEL F LOPES, SÓCIO              | 10.000\$00  |
| ARMANDO SANTOS LUIS, SÓCIO 3581         | 3.000\$00   |
| ANTÓNIO LOPES MATOS, SÓCIO 9026         | 5.000\$00   |
| ACACIO GERMANO FERNANDES, SÓCIO 11209   | 5.000\$00   |
| JOSÉ FERREIRA VILAR, SÓCIO 6859         | 10.000\$00  |
| JOSÉ MARQUES OLIVEIRA, SÓCIO 6809       | 5.000\$00   |
| CONSTANTINO C. SOUSA, SÓCIO 13125       | 4.000\$00   |
| JOAQUIM FERREIRA SILVA, SÓCIO 5108      | 5.000\$00   |
| ACACIO CARVALHO, SÓCIO 5119             | 5.000\$00   |
| ANTÓNIO RODRIGUES CARDOSO, SÓCIO 1180   | 40.000\$00  |
| ARNALDO DUARTE PEREIRA, SÓCIO 1404      | 10.000\$00  |
| MANUEL CARLOS LOPES COSTA, SÓCIO 8543   | 10.000\$00  |
| MANUEL CARLOS P CARVALHO, SÓCIO 4243    | 10.000\$00  |
| HENRIQUE COSTA CARDOSO, SÓCIO 1440      | 10.000\$00  |
| ANTÓNIO SEIXAS RODRIGUES, SÓCIO 3191    | 10.000\$00  |
| ANTÓNIO PAIS FERREIRA, SÓCIO 586        | 10.000\$00  |
| NELSON FERREIRA RIBEIRO, SÓCIO 2276     | 5.000\$00   |
| FRANCISCO V. NOGUEIRA, SÓCIO 10998      | 10.000\$00  |
| MATIAS ALMEIDA SANTOS, SÓCIO 13133      | 10.000\$00  |
| JOÃO COSTA FARO, SÓCIO 13021            | 5.000\$00   |
|   | 362.750\$00 |

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| COMPARTICIPAÇÃO DA SEDE      | 3.000.000\$00 |
| COMPARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO | 105.000\$00   |
| SALDO QUE PASSA              | 4.114.175\$00 |
| TOTAL                        | 7.581.925\$00 |

Realizou-se a Assembleia Geral da Delegação de Viseu, no dia 21 de Janeiro de 1995, para aprovação do relatório de actividades e contas, compra de instalações próprias e adequadas à Associação e por fim informações sobre a vida associativa desta Delegação e da ADFA.

Depois de analisados e debatidos os pontos em questão, a Assembleia aprovou todos os pontos por unanimidade e enalteceu o trabalho desenvolvido de alguns anos a esta parte, que deu à Delegação de Viseu, a estabilidade necessária para o seu desenvolvimento.

Para que tudo fosse possível, mantivemos sempre um diálogo franco e aberto com os nossos associados, órgãos nacionais e com Direcção Central, que sempre esteve por dentro das actividades realizadas por esta Delegação, e que hoje, aqui, a convite da Delegação, se disponibilizou a visitar aquela que irá ser a nossa Casa desta delegação, adaptada a todos os DFA e a estar presente na Assembleia, inteirando-se assim de como vive a Delegação de Viseu.

Aos membros da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes, seus colegas de Direcção e Órgãos Nacionais, desejamos as maiores venturas e que se sintam sempre na Delegação da ADFA em Viseu, como em toda a ADFA no seu todo Nacional, por nós e enquanto estivermos presentes, tudo faremos para que a estabilização associativa permaneça, e em conjunto consigamos levantar bem alto o nome da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

João Gonçalves



## Projecto "2+4"



### INFORMAÇÃO

Em conformidade com a orientação geral dada ao nosso Projecto vimos informar-te que se vai dar início aos programas de mostras de ajudas técnicas e outros equipamentos de interesse para a nossa reabilitação.

Estas mostras terão como objectivo proporcionar aos GDFAs, nomeadamente aos para's e tetraplégicos, informação escrita e visual, e experimentações ao vivo, sobre os mais variados equipamentos e outros objectos importantes para melhorar a qualidade de vida destes deficientes. A organização destas realizações ca-

be à ADFFA, assessorada pelo nosso grupo, em conjunto com as firmas interessadas em expôr, que esperamos sejam muitas e boas.

Tentar-se-ão promover duas mostras mais alargadas em que exponham todas as firmas interessadas; pensamos, também, poder promover várias outras de mais reduzidas dimensões. É nosso desejo, por outro lado, que estas realizações, pelo menos as principais, sejam repartidas entre Lisboa e Porto para que assim se consiga uma divulgação mais eficaz tendo em especial atenção os nossos companheiros que vivem nas regiões do norte.

Para já, e como oportunamente divulgado pelo correio a todos os paraplélicos e tetraplélicos, informamos-te do seguinte:

### EXPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTO CIRCULANTE

De 3 a 8 de Março próximo SEDE DA ADFFA Equipamento apresentado e representado por:

A LARTÉCNICA

Av.<sup>a</sup> Infante Santo, Lisboa.

Saudações associativas do Grupo Coordenador do Projecto.-

## Sonegado subsídio de desemprego aos Deficientes das Forças Armadas

À Direcção do jornal «Elo»

1-Trata-se de um assunto importante, bastante sério e delicado.

Julgo que nós Deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo Decreto Lei 43/76, quando empregados por conta de outrém a descontar para a Segurança Social como qualquer funcionário, deveríamos ter o mesmo tratamento em caso de despedimento.

Acontece porém, que neste momento fui obrigado a assinar uma proposta para a Pré-Reforma com 50% do vencimento, porque se optasse por rescisão do contrato de trabalho não teria direito a Subsídio de Desemprego pelo simples facto de ser Reformado das Forças Armadas.

Se é facto que a Pensão que nos é atribuída é de carácter indemnizatório por danos físicos sofridos, não entendo porque não estamos nós abrangidos por este subsídio ao qual deveríamos ter todo o direito.

Já fez um ano que do nosso Dp. Jurídico me foi informado que tinha sido tratado com o Ministro do Emprego e Segurança Social, e posteriormente falei com o nosso Presidente José Arruda em conjunto com o nosso Advogado Dr. Carreiras, tendo sido prometido que iriam junto do Ministro tratar do assunto; até à data nada está resolvido. Onde está a defesa dos Sócios que a Associação diz efectuar?

Sou empregado na Lisnave há 24 anos e sou mandado embora em condições bastante inferiores aos que não estão na minha situação como Reformado Deficiente das Forças Armadas.

O meu apelo é no sentido da urgência, porque o prazo para o problema é bastante curto. Fico esperando que efectivamente seja conseguida uma resolução.

2-em certa data, há já bastante tempo, foi publicado no «Elo» que se iria efectuar um curso para instrutor de condução, para o qual os interessados se deveriam inscrever. Apesar de que quando recebi o jornal já a notícia estava fora do prazo, eu, mesmo assim, me inscrevi. Pelo facto de ter sido prorrogado o prazo, fui chamado para fazer testes psicotécnicos. Foi-me dito pela Dr.<sup>a</sup> Psicóloga que seria informado caso fosse seleccionado ou não. Como o tempo passasse sem que nenhum aviso chegasse, telefonei para a Dr.<sup>a</sup> perguntando o que se passava. Foi-me dito que o curso tinha sido dado sem efeito, mas de qualquer maneira seria avisado por escrito, e que estivesse descansado que a inscrição ficaria em aberto para futuros cursos. Mais tarde voltei a telefonar, e então foi-me perguntado se eventualmente estaria interessado noutros cursos. Então fiz a referência de escolha ficando assim considerado o registo. Já vai para

um ano e nenhum contacto, como é? Como está a ficar a nossa Associação? Para que fim são os descontos dos sócios? aguardo resoluções positivas.

Saudações associativas  
José Moreira Alves - sócio n.º 801

Nota da Redacção

*Sobre o assunto exposto, averiguou o ELO que o Departamento de Apoio aos Sócios expôs o assunto no fim de 1993 ao Centro Regional de Segurança social de Lisboa que, por sua vez, o remeteu à Direcção Geral de Regimes de Segurança Social, da Secretaria de Estado.*

*Face á demora, insistiu-se junto destes organismos, mais duas vezes, tendo a última sido em Novembro passado. Não houve porém qualquer resposta.*

*Entretanto houve um caso de indeferimento e do qual o Advogado da ADFFA interpôs recurso que se encontra pendente.*

*Em relação a esta situação e á urgência da respostas a DC encetou diligências para ser recebida pelo Ministro do Emprego afim de se ultrapassar a questão.*

*Quanto ao problema dos cursos, até ao momento da saída do jornal não nos tinha ainda sido dada uma resposta, embora tenhamos pedido informação em tempo oportuno.*

## Comercialização e montagem de equipamento eléctrico e elevação, Lda.

### ALARTÉCNICA

- Vencemos barreiras - AJudas técnicas

Cadeira para transposição de escadas

Cadeira de múltiplas funções

Kit eléctrico para cadeira

Tratorino

Salão de exposição aberto de Segunda a Sábado

Representantes exclusivos  
STANNH; VIMEC; RINCOM; RAMPUS; VERMEIREN; BARTELS; GULDMANN.

Av. Infante Santo, 57-R/C Esq.  
1350 LISBOA  
Tel.: 3978354 - Fax. 3978995

# TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA TELEMEDICINA

A introdução generalizada das novas tecnologias não tem limite, mas é imprescindível que se estude minuciosamente o seu uso mais eficiente. Dois campos, onde cada vez mais serão utilizadas, são a assistência domiciliária e a medicina, como resposta a problemas concretos de isolamento e prestação de serviços.

Surgem assim novas definições e novos termos tal como Teleassistência Domiciliária e Telemedicina.

A primeira é um serviço social prestado em casa do utente e eminentemente preventivo para as pessoas que necessitam de um apoio permanente - seja por doença temporal ou permanente, por deficiência física ou mental, idade avançada, ou outras circunstâncias especiais - melhorando a sua qualidade de vida quando tenham que viver, por falta de alternativas ou vontade própria, o máximo de tempo possível em sua casa.

Os avanços técnicos, profissionais e de conhecimento na área médica permitem que a idade média de vida tenha aumentado. As pessoas com idade avançada têm forçosamente limitações físicas, próprias da idade, e necessidade de maiores cuidados. É cada vez maior o nº de pessoas com mais de 65 anos que vivem sós, nos seus domicílios, durante todo ou grande parte do dia.

Situações de urgência que ocorram ou possam vir a ocorrer criam angústia e mau-estar nesta população.

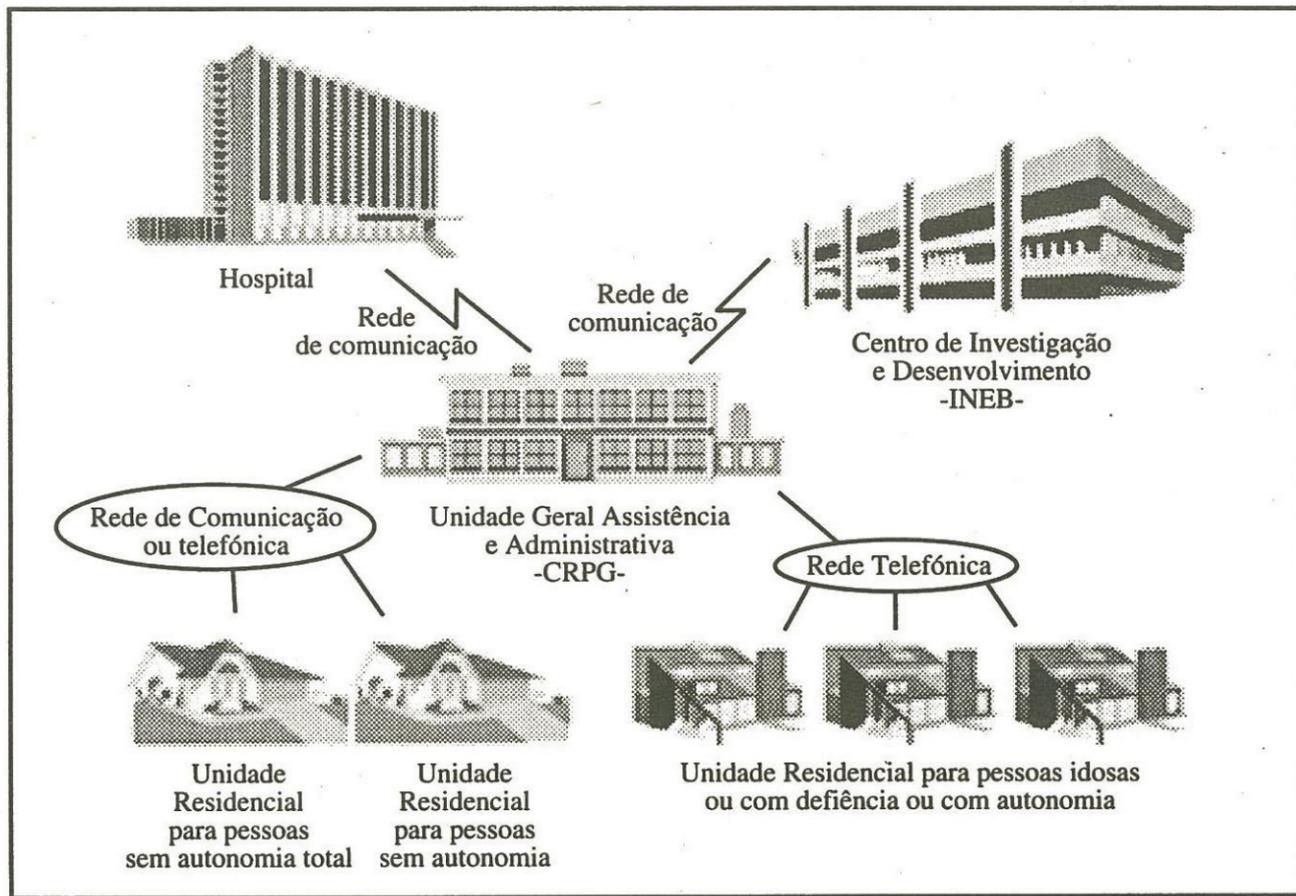
acesso dos utentes a serviços remotos, a teleconsulta entre profissionais e serviços de informação de saúde.

Põe à disposição dos profissionais de saúde e utentes, novos sistemas de registos, equipamentos e ajudas para o diagnóstico, terapia, prevenção, saúde pública e gestão de recursos.

O CRPG, em colaboração com a PROMI - Asociación para la Promoción del Minusválido, e outras instituições entre as quais a FUNDESCO - Telefonica, as Universidades de Cadiz e Politécnica de Madrid, o INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica, e a HADAR, instituição Sueca para a inserção socio-profissional de pessoas com deficiência, preparam um projecto que, utilizando os dois conceitos definidos anteriormente, desenvolverá uma Rede de Teleassistência Domiciliária e Telemedicina para pessoas idosas e com deficiência em meios rurais e urbanos.

No âmbito deste projecto a população-alvo mencionada terá acesso a uma prestação de serviços que lhe possibilitará um aumento da qualidade de vida, um aumento de segurança pessoal, ao mesmo tempo que gera novos postos de trabalho, constituindo também uma poupança para os sistemas globais de serviços, no aspecto custo-benefício.

Sob a forma de esquema seria um sistema do tipo:



Participar na vida do dia-a-dia - compras, marcação de consultas, tratamentos, tempos de convívio, questões administrativas, etc. - sem depender de família, vizinhos ou sistemas de custos elevados (que incluam transporte adaptado ou ajuda de 3ª pessoa, por exº) será o objectivo da maior parte destas pessoas, que vêm a sua qualidade de vida diminuída.

Além disso, há que considerar os custos envolvidos, em cada deslocação de uma pessoa com deficiência por exº, implicando transporte adaptado, ajuda de 3ª pessoa ou contorno de certas barreiras arquitectónicas. Ainda as pessoas com doenças crónicas sem condições familiares/sociais, adequadas à sua situação, e cuja convalescência poderia ser continuada em casa, terão que permanecer nos hospitais mais tempo que o necessário e recorrer mais vezes a consultas e urgências.

Assim um serviço de teleassistência domiciliária servindo essencialmente em horas fora das de ajuda ao domicílio, eventualmente existente, oferecerá:

- tranquilidade, em qualquer situação de angústia ou emergência;
- comodidade, pois permite ter acesso a determinados serviços complementares;
- qualidade de vida, pois põe em marcha os mecanismos necessários para que o utente, sem abandonar o seu ambiente natural, receba as atenções necessárias.

A Telemedicina engloba todas as aplicações telemáticas que de alguma forma interferem na área da saúde - serviços baseados na comunicação para facilitar a

## FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS ORTOPROTÉSICOS

Realizou-se em Madrid, promovido pela OTTO BOCK, dias 2 e 3 de Fevereiro, um curso sobre "Air Contact System", no qual participaram técnicos ortoprotésicos da oficina de Próteses e Ortóteses da Unidade de Engª da Reabilitação.

## AVALIAÇÃO DE PROJECTOS

O CRPG foi visitado pela entidade designada pelo Secretariado Nacional da Reabilitação para avaliar os projectos no âmbito do Programa HORIZON. Foram avaliados os projectos de Criação de uma Unidade de Avaliação / Orientação, de Criação de uma Unidade de Engª da Reabilitação e o Projecto Handynet.

## SEMANA DE FORMAÇÃO NA CERCIFAFE

A CERCIFAFE promoveu uma semana de formação, de 23 a 27 de Janeiro, animada pelo Director de Investigação da LOGICOM na qual foram debatidos os seguintes temas:

- O método operatório de desenvolvimento intelectual;
- Os MOP - atenção, leitura, memória, raciocínio/cálculo, autonomias
  - A avaliação: instrumentos e selecção das intervenções
  - Utilização e desenvolvimento de softwares
  - Gerador de aplicações: IMAGICOM

## PÉPIONIÈRES D'ENTREPRISES

Realizou-se em Bruxelas, dias 20 e 21 Janeiro, o IV Colloque des Pépinières d'Entreprises, e foram abordados temas como: \*Desenvolvimento do papel dos "ninhos de empresas", \*Europartnership, \*Acompanhamento das empresas \*Recursos Europeus para os "ninhos de empresas" e desenvolvimento local.

## INTEGRAÇÕES

Joaquim Pedro S. Faria, do curso de Readaptação ao Trabalho, foi integrado na Junta de Freguesia de Lordelo, em actividade ocupacional.

Antero Jorge Regadas, do curso de Administração e Gestão, foi integrado na Sta. Casa da Misericórdia de Louxada, com funções de Praticante de Escritório.

António Fernando Guedes da Silva, do curso de Administração e Gestão, foi integrado no CRPG com funções de secretariado a Unidade de Formação Profissional.

Etelvina Silva Vieira, do curso de Administração e Gestão, foi integrada no CRPG com funções de secretariado a Unidade de Avaliação / Orientação.

Maria Fernanda M. Guedes, do curso de Administração e Gestão, foi integrada na RSVP - Consultores Associados, Lda., exercendo funções na área de programação.

José Maria Gonçalves Dias, do curso de Readaptação ao Trabalho, foi integrado no Hospital de S. João, no departamento de Arquivo de Microfilmes.

Fernando Augusto Sousa Pinto, do curso de Estofador, foi integrado na COPEGAIA.

## ELEIÇÕES NA FORMEM

Realizaram-se no passado mês de Dezembro as eleições para os órgãos sociais da FORMEM - Federação Portuguesa de Centros de Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, constituída por 45 organizações não governamentais que desenvolvem programas de formação profissional e emprego para pessoas com deficiência em Portugal. O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia continua a presidir à direcção, sendo os órgãos sociais constituídos pela lista que se apresenta:

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - CERCIP - Rogério Cação  
Secretário - CEE Rainha D. Leonor - Lu's Rodrigues  
Secretário - CERCIMOR - José Manuel Vitorino

### CONCELHO FISCAL

Presidente - CERCIGUI - Vitor Santos  
Secretário - CERCILISBOA - Julieta Sanches  
Vogal - CERCIVAR - Prof. Barbosa

### DIRECÇÃO

Presidente - CRP GAIA - Jerónimo de Sousa  
Vice-Presidente - ARCIL - José Carvalhinho  
Tesoieiro - CEFPI - Rui Ramos  
Secretário - CIDEF - Carlos Marques  
Vogal - CERCIFAF - José Lu's Ribeiro

Continuação pág 5

## O Cego Estrelinho\*

sim, repetido e igual. Desamimado, Estrelinho ficou presenciando imagens, seus olhos no centro de manchas e ínvias lácteas. Aquela era uma desludada noite, tinturosa de enorme. Pitosgando, o cego captava o escuro em vagas, despedaçados. O mundo lhe magoava a desemparelhada mão. A solidão lhe doía como torcicolo em pescoço de girafa. E lembrou palavras do seu guia:

- Sozinha e triste é a remela em olho de cego.

Com medo da noite foi andando, aos tropeços. Os dedos teatrais interpretavam ser olhos. Teimoso como um pêndulo foi escolhendo caminho. Tropeçando, empecilhando, acabou caído numa berma. Ali adormeceu, seus sonhos ziguezaguearam à procura da mão de Gigitinho.

Então ele, pela primeira vez, viu a garça. Tal igual como descrevera Gigitinho: a ave tresvoada, branca de amanhecer. Latejando as asas, como se o corpo não ocupasse lugar nenhum.

De aflição, ele desviou o vazado olhar. Aquilo era visão de chamar desgraças. Quando a si regressou lhe parecia conhecer o lugar onde tombara. Como diria Gigitinho: era ali que as cobras vinham recarregar os venenos. Mas nem força ele colectou para se afastar.

Ficou naquela berma, como um lenço de enroscada tristeza, desses que tombam nas despedidas. Até que o toque tímido de uma mão lhe despertou os ombros.

- Sou irmã de Gigitinho. Me chamo Infelizmina.

Desde então, a menina passou a conduzir o cego. Fazia-o com discrição e silêncios. E era como se Estrelinho, por segunda vez, perdesse a visão. Porque a miúda não tinha nenhuma sabedoria de inventar. Ela descrevia os tintins da paisagem, com senso e realidade. Aquele mundo a que o cego se habituara agora se desiluminava. Estrelinho perdia os

brilhos da fantasia. Deixou de comer, deixou de pedir, deixou de queixar. Fraco, ele careceu que ela o amparasse já não apenas de mão mas de corpo inteiro. De cada vez, ela puxava o cego de encontro a si. Ele foi sentindo a redondura dos seios dela, a mão dele já não procurava só outra mão. Até que Estrelinho aceitou, enfim, o convite do desejo.

Nessa noite, por primeira vez, ele fez amor, embevecido. Num instante, regressaram as lições de Gigitinho. O pouco se fazia tudo e o instante transbordava eternidades. Sua cabeça andorinhava e ele guiava o coração como voo de morcego: por eco da paixão. Pela primeira vez, o cego sentiu sem aflição o sono chegar. E adormeceu enroscado nela, seu corpo imitando dedos solvidos em outra mão.

A meio da noite, porém, Infelizmina acordou, sobreassaltada. Tinha visto a garça branca, em seu sonho. O cego sentiu o baque, tivessem asas embatido no seu peito. Mas, fingiu sossego e serenou a

moça. Infelizmina voltou ao leito, sonoitada.

De manhã chega a notícia: Gigitinho morreu. O mensageiro foi breve como deve um militar. A mensagem ficou, em infinita ressonância, como devem as feridas da guerra. Estranhou-se o seguinte: o cego reagiu sem choque, parecia ele já sabendo daquela perda. A moça, essa, deixou de falar, órfã de seu irmão. A partir dessa morte ela só tristinhava, definhada. E assim ficou, sem competência para viver. Até que a ela se chegou o cego e lhe conduziu para a varanda da casa. Então, iniciou de descrever o mundo, indo além dos vários firmamentos. Aos poucos foi despontando um sorriso: a

menina se sarava da alma. Estrelinho miraginava terras e territórios. Sim, a moça, se concordava. Tinha sido em tais paisagens que ela dormira antes de ter nascido. Olhava aquele homem e pensava: ele esteve em meus braços antes da minha actual vida. E quando já havia desvenilhado da tristeza ela lhe arriscou de perguntar:

- Isso tudo, Estrelinho? Isso tudo existe aonde?

E o cego, em decisão de passo e estrada, lhe respondeu:

- Venha, eu vou-lhe mostrar o caminho!

\* Extraído do livro "Estórias Abensonhadas", de Mia Couto, publicado pela Editorial Caminho, 1994.

Continuação pág 5

## Os deficientes na literatura

mática dos deficientes. Vários destes contos, dos quais salientamos "A Rosa Caramelo" e "O Cego Estrelinho", são habitados por personagens com deficiências profundas, retiradas da realidade, tal como aí vivem, mas sem os disfarces que aí as impedem de se mostrarem como são.

Vale a pena conhecer o "Cego Estrelinho" e ver com ele o mundo através dos olhos da imaginação. É um convite à leitura e ao debate. Aqui fica o texto, reproduzido por gentileza da Editorial Caminho. Vamos ler. Vamos depois realizar o natural desejo de partilhar as impressões da leitura. Vamos então, quem puder, ao debate do próximo dia 17 de Março, às 18:00 horas, na Sede da Associação.



**PNEUS LINO**

COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS, LDA.



BARGOS — CALENDÁRIO  
V. N. FAMALICÃO

## PROTOCOLO

CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, DELEGAÇÃO DE V. N. DE FAMALICÃO E A FIRMA PNEUS LINO, COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS, LDA.

● Condições especiais de fornecimento pela firma PNEUS LINO à ADFA, seus associados e familiares:

— Descontos: Pneus:

| Marca       | Tipo     | Desctos. |
|-------------|----------|----------|
| Bridgestone | todos    | 30%      |
| Dulonp      | "        | 40%      |
| Firestone   | "        | 35%      |
| Goodyear    | "        | 40%      |
| Mabor       | "        | 35%      |
| Michelin    | Lig/com. | 32%      |
| "           | Pesado   | 35%      |
| Pirelli     | todos    | 35%      |
| Uniroyal    | "        | 40%      |

Serviços: Alinhamento, equilibragem, rotações, etc } 25%

Acessórios: Jantes especiais, volantes desportivos, outros } 20 a 45%

Óleos: TOTAL

● A firma LINO, só fornecerá material ou serviços associados da ADFA, mediante apresentação de credencial passada pela ADFA, cuja validade será de 30 dias.

● Para mais pormenores, contactar sede/delegações.

**COMPRA-SE**

◆◆◆

Quiosque bem localizado em Lisboa ou arredores

◆◆◆

Telf. 2741976 - 4325835  
7570502 (ext. 225)

## Automóveis

◆◆◆

Todas as marcas e modelos, condições normais ou ao abrigo da legislação para grandes deficientes. Trata-se toda a documentação, deslocamo-nos à residência de grandes deficientes 30 a 60 dias entrega de viaturas a DFA

Facilidades de pagamento

contacto: sócio Américo Meireles

Tel. (02)9417152

## "PORTÕES"

para abrir não se canse

◆

Automatiza-se com comando à distância

Orçamento grátis

Tel. 093 1241310

## AUTOMÓVEIS VW E AUDI

| MODELO                   | P.BASE       | P.V.P.       |
|--------------------------|--------------|--------------|
| GOLF CL 1.4 2P           | 1.780.000.00 | 2.733.217.00 |
| GOLF CL 1.4 4P           | 1.823.694.00 | 2.783.871.00 |
| GOLF CL D 4P             | 1.903.635.00 | 4.221.173.00 |
| GOLF GL TD 4P            | 2.390.926.00 | 4.791.303.00 |
| GOLF GL TDI              | 2.803.669.00 | 5.274.213.00 |
| GOLF VARIANT CL 1.4      | 2.164.028.00 | 3.182.062.00 |
| GOLF VARIANT CLD         | 2.081.944.00 | 4.429.794.00 |
| GOLF VARIANT GL TD       | 2.581.467.00 | 5.014.236.00 |
| GOLF VARIANT GL TDI      | 3.035.802.00 | 5.545.808.00 |
| VENTO CL 1.4             | 1.922.912.00 | 2.899.959.00 |
| VENTO CL D               | 1.995.164.00 | 4.328.262.00 |
| VENTO GL TD              | 2.440.720.00 | 4.849.562.00 |
| VENTO GL TDI             | 2.902.649.00 | 5.390.019.00 |
| PASSAT CL TDI            | 2.754.654.00 | 5.216.865.00 |
| PASSAT GL TDI            | 3.452.293.00 | 6.033.103.00 |
| PASSAT VARIANT CL TDI    | 3.011.454.00 | 5.517.321.00 |
| PASSAT VARIANT GL TDI    | 3.709.236.00 | 6.333.726.00 |
| AUDI 80 AVANT TDI        | 4.581.475.00 | 7.354.246.00 |
| AUDI 80 AVANT TDI (Aut.) | 3.817.822.00 | 6.328.586.00 |
| AUDI A6 1.9 TDI AVANT    | 5.047.544.00 | 7.899.546.00 |
| AUDI A6 1.9 TDI          | 4.737.734.00 | 7.537.069.00 |

## AUTOMÓVEIS FIAT

| MODELO                 | P.BASE       | P.V.P.       |
|------------------------|--------------|--------------|
| UNO 45 3P              | 1.116.530.00 | 1.546.956.00 |
| UNO 45 5P              | 1.301.961.00 | 1.762.056.00 |
| UNO TURBO 5P           | 1.906.143.00 | 2.810.057.00 |
| PUNTO 55 S 3P          | 1.197.345.00 | 1.712.056.00 |
| PUNTO 55 S 5P          | 1.253.379.00 | 1.777.056.00 |
| PUNTO 75 T. D. 3P      | 1.639.597.00 | 3.151.056.00 |
| TIPO 1.4 3P            | 1.614.960.00 | 2.480.056.00 |
| TIPO 1.7 D. 5P         | 1.808.563.00 | 3.347.057.00 |
| TEMPRA 1.4             | 1.944.270.00 | 2.862.057.00 |
| TEMPRA 1.9 T.D.S.      | 2.659.604.00 | 5.127.056.00 |
| TEMPRA T.D. (Carrinha) | 2.763.053.00 | 5.247.057.00 |
| CROMA 1.9 T.D.S.       | 3.107.880.00 | 5.647.056.00 |

## AUTOMÓVEIS OPEL

| MODELO              | P.BASE       | P.V.P.       |
|---------------------|--------------|--------------|
| SWING 1.2 3P        | 1.352.666.00 | 2.016.785.00 |
| SPORT 1.4 3P        | 1.787.000.00 | 2.790.015.00 |
| SWING 1.4 3P        | 1.587.007.00 | 2.556.015.00 |
| SWING 1.4 5P        | 1.644.766.00 | 2.623.590.00 |
| SWING 1.5 D 3P      | 1.675.037.00 | 2.820.475.00 |
| SWING 1.5 5P        | 1.731.934.00 | 2.887.045.00 |
| ASTRA               |              |              |
| 1.4 GLS 4P          | 2.330.973.00 | 3.426.455.00 |
| 1.7 GL 4P           | 2.252.110.00 | 3.983.760.00 |
| 1.7 TD GLS 4P       | 2.702.448.00 | 4.477.730.00 |
| CAR 1.7 DTL GL      | 2.372.800.00 | 4.124.970.00 |
| CAR 1.7 TD          | 2.814.617.00 | 4.608.855.00 |
| VECTRA              |              |              |
| 1.7 TD GL 4 e 5P    | 2.771.414.00 | 4.558.425.00 |
| TIGRA               |              |              |
| 1.4 XE COUPE 16V 2P | 1.968.904.00 | 3.002.830.00 |
| 1.6 XE COUPE 16V 2P | 2.407.035.00 | 3.925.150.00 |

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

# O "ELO" errou!

Exmº Senhor

Como não tivesse recebido o ELO de Outubro e Novembro, por alturas de Natal escrevi uma pequena carta à ADFA apenas com a intenção de lhes dar conhecimento do facto e solicitar o envio do jornal logo que possível, pois sou daqueles que gosta de o ler, reler, recortar e guardar.

Assim, fui aguardando que os referidos jornais me chegassem às mãos, mas, até esta data, isso não aconteceu, faltando agora também já os de Dezembro e Janeiro sem que eu saiba os porquês. Haverá dificuldade em contactar comigo? Mas eu tenho respondido sempre com prontidão a todas as perguntas e inquéritos, discretos ou indiscretos, que a ADFA tem posto aos seus sócios e portanto a minha ficha poderá e deverá

estar em dia, assim como as quotas também estão.

Tendo-me deslocado, no último dia de Janeiro, ao Núcleo da ADFA na Guarda, encontrei lá o ELO desse mês e constatei com surpresa e alguma mágoa que a minha carta estava ali transcrita! Surpresa, por se tratar de uma simples carta que apenas pretendia levar um recado ao seu destinatário e sem pretensões que merecessem honras de jornal. Mágoa, por verificar, em tão pouco espaço, as gralhas e a distorção que fizeram na sua interpretação. Vamos apenas apontar duas: Logo no primeiro período onde se diz... anomalias verificadas na "rica" distribuição..., na carta consta... anomalias verificadas na sua distribuição e sem aspas, sendo portanto a palavra rica e o reforço, das aspas, da vossa

invenção e responsabilidade, o que alterou para pior, a suavidade do texto e terá, possivelmente, pelo menos causado má impressão no responsável pela distribuição do jornal e, o que é pior ainda, nos seus milhares de leitores. Outra anomalia verifica-se na primeira pergunta, pois ela refere-se ao Estatuto do DFA (Deficiente das Forças Armadas) e não aos Estatutos da ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas) que andam agora muito na berlinda. Ora como a pergunta foi mal interpretada, também a resposta saiu errada.

Talvez estas falhas se possam dever, em parte, ao facto da carta ser manuscrita e à menor ou maior dificuldade da sua leitura e por isso não estou aqui a condenar ninguém, pois todos nós erramos, mas segundo rezam as Sagradas Escrituras, apenas houve um que decidiu morrer pelos pecados de todos e por isso, dentro do possível, espero que as coisas

sejam postas no seu lugar e me sejam também enviados os jornais em falta.

Quanto aos vários problemas que há muito tempo venho apresentando à ADFA e que aguardam solução, já me envergonho de insistir em lhos lembrar e parece que nem os ventos da política nacional correm de feição, como também a ADFA parece estar mais preocupada com a sua imagem e liderança extremas do que com alguns problemas dos seus sócios. É verdade que será pequena a sua margem de pressão sobre os órgãos do poder, pois quando se depende financeiramente dos seus subsídios para fazer face às já pesadas despesas com pessoal e manutenção do edifício da Sede, além de outros, o melhor será não fazer "ondas" porque se o Governo decidisse fechar a torneira dos subsídios, a existência da ADFA correria sérios riscos, pois que se agora, com quotas moderadas, há

tantos "sócios" que as não pagam, se essas quotas aumentassem substancialmente, oxalá eu esteja enganado, mas aquele número aumentaria assustadoramente. Assim, os interesses de alguns sócios terão de ser sacrificados às vaidades de alguns outros.

Ainda sobre a eventual ameaça que poderá vir a pesar sobre as nossas pensões, aquele alerta poderá reforçar a união em torno da ADFA, até mesmo daqueles que nunca mexeram uma palha em favor dos seus colegas deficientes, mas que sentindo o rabo a arder talvez acordem, não por solidariedade com os outros, mas pelo menos para defenderem os seus interesses e assim em união, como militares que todos fomos, lembrar o brado de - **sentinela alerta - alerta está - a reacção - não passará.**

É tudo por hoje. Com os meus melhores e mais respeitosos cumprimentos me subscrevo,

José Monteiro Palos  
Sócio nº 2233 da ADFA

**Nota do Director**

*É sempre, com muito agrado, que recebemos a escrita do associado Palos que, para nossa mágoa, à já algum tempo nos vinha privando da sua crítica construtiva, por isso séria, porque carregada de compreensão e companheirismo.*

*Aquelas indesejadas aspas realçavam uma palavra não compreendida por quem transpôs o documento manuscrito para o processador de texto, tendo esquecido perguntar a outrem melhor leitura da palavra não entendida; gafe lamentável que alterou o sentido e a vontade do que se escreveu, e que, acreditamos, merecerá a compreensão deste nosso associado, de quem desejamos vivamente continuar a poder transcrever os sentimentos que tão bem nos comunica com a sua pena fácil.*

## AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas  
Em vigor desde 3 de Outubro 94

| MODELO -3-PORTAS | P.BASE       | P.V.P.       |
|------------------|--------------|--------------|
| TWINGO           | 1.188.423.00 | 1.825.000.00 |
| TWINGO PACK      | 1.235.432.00 | 1.880.000.00 |
| CLIO-RL-1.2      | 1.199.037.00 | 1.790.000.00 |
| CLIO-BE BOP      | 1.301.601.00 | 1.910.000.00 |
| CLIO-RN-1.2      | 1.395.618.00 | 2.020.000.00 |
| CLIO LUNA        | 1.540.917.00 | 2.190.000.00 |
| CLIO-RT-1.2      | 1.639.207.00 | 2.305.000.00 |
| CLIO-RT-1.4      | 1.738.852.00 | 2.705.000.00 |
| CLIO-RTI-1.4     | 1.764.493.00 | 2.735.000.00 |

| MODELO -5-PORTAS | P.BASE       | P.V.P.       |
|------------------|--------------|--------------|
| CLIO-RL-1.2      | 1.263.139.00 | 1.865.000.00 |
| CLIO-BE BOP      | 1.365.703.00 | 1.985.000.00 |
| CLIO-RN-1.2      | 1.459.720.00 | 2.095.000.00 |
| CLIO-LUNA        | 1.605.019.00 | 2.265.000.00 |
| CLIO-RT-1.2      | 1.703.310.00 | 2.380.000.00 |
| CLIO-RT-1.4      | 1.802.954.00 | 2.780.000.00 |

| RENAULT-19-TRICORPO-4 -PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO | P.BASE       | P.V.P.       |
|---|--------------|--------------|
| R-19-RL-1.2                                       | 1.848.158.00 | 2.555.000.00 |
| R-19-JAZZ-1.2                                     | 1.933.628.00 | 2.655.000.00 |
| R-19-SCALA-1.4                                    | 2.084.554.00 | 3.115.000.00 |
| R-19-RTI-1.4                                      | 2.289.684.00 | 3.355.000.00 |
| R-19-SCALA-1.9 DT                                 | 2.193.848.00 | 4.485.000.00 |

| VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA | P.BASE       | P.V.P.       |
|---|--------------|--------------|
| CLIO-RT-1.4-3-P.                        | 1.006.887.00 | 3.018.601.00 |
| CLIO-RT-1.4-5-P.                        | 2.070.988.00 | 3.093.600.00 |
| R-19 SCALA-1.4                          | 2.265.665.00 | 3.326.899.00 |

|                          |              |              |
|--------------------------|--------------|--------------|
| TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM | 1.337.996.00 | 2.000.000.00 |
|--------------------------|--------------|--------------|

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

## RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

### VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

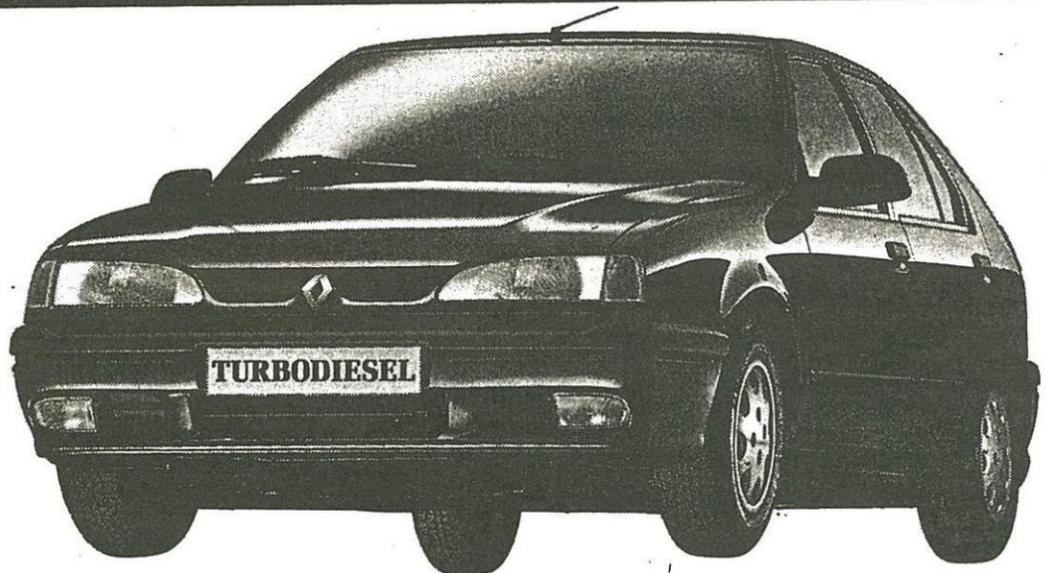
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)  
STAND: Telef. 836 14 00  
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41  
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa  
versões a gasolina e a diesel

**RENAULT**  
Ao Ritmo da Vida

## SE NÃO LHE PODE RESISTIR

# CONVERTA-SE AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo  
**económico, dinâmico e confortável.**

Converta-se a um excepcional nível de equipamento  
que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico,  
volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos  
e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir  
ao novo Renault 19 Turbo Diesel,  
converta-se...

**Renault 19. A irresistível tentação.**

**Sucursal**

**RENAULT CHELAS**

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa  
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



**Conselho Nacional Ordinário para aprovação do seu próprio relatório de actividades, relativo ao ano de 1994, e Orçamento da ADFA, para o exercício de 1995, reunirá na Sede Nacional, no dia 11 de Março.**

## Viseu • Futuras Instalações



Embora aguardando efectivação, para a aquisição respectiva, através da aprovação do Orçamento da ADFA para 1995 a DC acompanhada dos Órgãos Sociais Locais, visitaram o espaço, onde esperamos se venha a sediar, num futuro breve, a nossa Delegação de Viseu.

Apela-se ao contributo de todos os associados para a concretização deste sonho de Viseu e da ADFA.

## BRAGANÇA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do Nº1 do artº 48º dos Estatutos da ADFA, convoco a Assembleia Geral da Delegação de Bragança, para o dia 4 de Março de 1995, com início às 10.00horas, nas instalações da Delegação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1-Apresentação e votação do relatório de contas da Delegação e parecer do Conselho Fiscal da Delegação relativo a 1994.

2-Diversos.

Bragança, 3 de Fevereiro de 1995  
O Presidente da Mesa da Assembleia  
Geral da Delegação  
António Eugénio Fernandes

## Fados Bar - Restaurante

A partir do próximo mês as habituais Noites de Fados que até ao momento se têm vindo a realizar nas últimas Sextas-feiras, passarão a acontecer aos últimos Sábados, pelo que se chama à atenção para a próxima a ter lugar na noite de 25 de Março.

## Bart 6521/72

### Guiné - Pelundo, Có e Jolmete

Amigo, os colegas que prestam serviço no Batalhão acima referido, tencionam levar a efeito um almoço convívio no dia 19. Março. 1995 alargado a todos aqueles que nele prestaram serviço, bem como aos familiares que queiram estar presentes.

Caso estejas interessado em participar e ainda não tenhas sido contactado, por favor contacta com: José Páscoa ex-Alf.mil. Tel: (01) 2760670

Alfredo Oliveira ex-Fur.mil Tel: (01) 4442896  
Joaquim Batista ex-Sold PelRec (053) 597618

## Assembleia Geral da Delegação do Porto aprovou Relatório de Actividades e Contas

Realizou-se no passado dia 18 de Fevereiro a Assembleia Geral Ordinária da Delegação do Porto para apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas desta Delegação e o Parecer do Conselho Fiscal, respeitantes ao exercício de 1994.

Compareceram 34 (trinta e quatro) associados, os quais aprovaram por maioria os documentos em apreciação.

Após o encerramento da Assembleia, os associados mantiveram uma troca de pontos de vista a propósito da Legislação que abrange os Deficientes em Serviço, tendo apresentado várias sugestões à Direcção da Delegação para que esta, as fizesse chegar à Direcção Central.

Continuação da pág. 4

## Por Dentro da Reabilitação

Também na ADFA, parece-nos, haverá muito a fazer nesta área da informação-comunicação. Um dos lamentos característicos dos GDFA's, e de suas famílias, é o elevado grau de "esquecimento" a que são votados pela estrutura associativa quanto ao que de mais preocupante têm na vida — as suas deficiências. Na realidade pouco ou mesmo nada tem sido desenvolvido através da estrutura associativa no sentido da aquisição, tratamento e fornecimento de informação específica às áreas de deficiência, quer no que respeita a apoios, ajudas, técnicas, etc., etc., como no respeitante ao processo reabilitacional integrado, a sua extensão pluridisciplinar, o envolvimento positivo e pedagógico da família e outros elementos e instituições da comunidade, e também no que respeita aos progressos médicos, e outros, nessas áreas. Ao GDFA, e familiares, faz muita falta, no seio da ADFA, um serviço técnico de qualidade para prestação de apoio informativo, formativo e de aconselhamento sobre a deficiência e questões inerentes, através de consulta directa e pessoal ou à distância com recurso às novas tecnologias de som e imagem..

## Delegação de Ponta Delgada

### Visita aos Núcleos das Ilhas do Pico e S. Jorge

No dia 21 do mês de Novembro do ano findo deslocou-se, às Ilhas do Pico e S. Jorge, o Presidente daquela Delegação Jaime Domingues, a fim de efectuar reuniões de trabalho com os associados ali residentes. Na Ilha do Pico, a reunião teve lugar no dia 21, pelas 19H00 na residência do nosso associado, António Leal Júnior, que gentilmente nos cedeu as suas instalações.

Depois da apresentação de cumprimentos pelo Presidente da Direcção da Delegação, iniciaram-se os trabalhos que versaram diversos assuntos de interesse dos associados. A reunião terminou pelas 22H00.

No dia seguinte aquele responsável regional da ADFA partiu da Ilha do Pico com destino à de S. Jorge.

A reunião com os associados residentes na Ilha de S. Jorge teve início às 19H00 na Escola Preparatória da Vila da Calheta.

Depois da apresentação e cumprimentos, iniciaram-se os trabalhos que do essencial constaram dos mesmos assuntos tratados na Ilha do Pico, e que terminaram pelas 21H00.

Foi com agrado que se constatou, em ambas as Ilhas, uma afluência de quase 100% dos sócios ali residentes, tendo o Presidente da Direcção de Delegação regressado a S. Miguel no dia 26/11/94.

### Visita aos Núcleos das Ilhas Terceira

No dia 3 de Dezembro de 1994, deslocaram-se, por via aérea, com destino à Ilha Terceira, o Presidente da Direcção da Delegação, Jaime Domingues, acompanhado do 2º secretário Manuel Alegre, para participarem no Encontro Nacional de Reabilitação.

Aproveitaram aqueles responsáveis associativos, a oportunidade, para efectuar uma reunião com os associados residentes naquela Ilha. O encontro teve lugar nas Instalações da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelas 14H00.

Depois da apresentação de cumprimentos pelo Presidente da Direcção da Delegação falou-se sobre o deficiente recordando-se ser este dia 3/12/94 O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Por último, foram tratados vários assuntos de associados presentes, por não haver mais nada digno de registo se encerrou a reunião.

No dia 4 de Dezembro pelas 11H00, o Presidente Jaime Domingues juntamente com o 2º secretário Manuel Alegre regressaram a S. Miguel.

# CONCURSO

# DE PESCA

Aberto a todos os Pescadores

5 de Março de 1995

A. D. F. A. — COIMBRA

Telefone 039 - 27712

Prémios Individuais - **Séniores**

4 Libras em Ouro

4 Anzóis em Ouro

12 Peixes em Ouro

40 Taças ou Troféus

20 Medalhões

Patrocínio — OURIVESARIA SILVA  
Apoio — JORGE R. — OCULISTA



BARRAGEM DA AGUIEIRA